

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O AI-5 NA VOZ DOS ANISTIADOS
DO RIO GRANDE DO NORTE**

KARLA CHRISTINA PINHEIRO DA CÂMARA



**NATAL
2005.2**

KARLA CHRISTINA PINHEIRO DA CÂMARA



**O AI-5 NA VOZ DOS ANISTIADOS
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Monografia apresentada à disciplina
pesquisa histórica II, do Curso de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, Sob a orientação da Professora
Doutora Maria da Conceição Fraga.

**NATAL
2005.2**

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à minha querida mãe, Dalvani Pinheiro da Câmara, por todo o apoio à minha vida acadêmica. Aos meus amigos, em especial à grande amiga Daiane Barbosa de Macedo, companheira de caminhada, nesses anos do Curso de História. Ao querido Maike Nerys Silva, por toda sua contribuição durante essa jornada. À professora Aurinete Girão Barreto da Silva, pela preciosa ajuda que sempre ofereceu, e à prezada orientadora Maria da Conceição Fraga, sem a qual não poderia obter êxito.

INTRODUÇÃO

O período da ditadura militar, no Brasil, ainda é um tema que gera bastante polêmica no meio científico e acadêmico, não só por se tratar de um período recente da nossa história, mas também por envolver a classe dos militares que, detêm muito poder, conseguindo com isso encobrir inúmeros fatos referentes ao período. Tais fatores abrem várias lacunas a serem preenchidas, pelos historiadores e demais interessados no assunto.

Dentro desta conjuntura merece destaque o ano de 1968, que ficou marcado, não só no Brasil, mas em toda história mundial, como um momento de grande contestação da política, da economia e principalmente dos costumes. No caso de nosso país, esse foi um período de bastante repressão. Nessa ocasião a classe estudantil foi a mais atuante, seu movimento celebrou-se, com protestos contra a política tradicional. Ocorrendo, inclusive muitos momentos de radicalização, onde se partiu para a luta armada.

Como forma de tentar acalmar a situação e restabelecer o controle, a *linha dura* baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do General Costa e Silva e que vigorou durante dez anos. Esse momento é definido como mais árduo de todo o governo militar, pois o AI-5 veio para dar poder ilimitado de exceção aos militares, livres para cometer diversas arbitrariedades contra aqueles considerados *subversivos*.

Nestas circunstâncias, rareavam os movimentos de contestação ao regime. No Rio Grande do Norte como em todo Brasil um profundo sentimento de medo calava as vozes de líderes estudantis, sindicalistas, intelectuais, jornalistas e artistas. Eram poucos os que se atreviam a contestar, mediante tão aterrorizante ameaça.

Este tema sempre foi bastante abordado por diversos autores, dentre eles, destacamos os trabalhos do escritor norte-americano Thomas Skidmore, brasilianista, que escreveu a obra: *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo(1964-1984)*, e o da cientista política Maria Helena Moreira Alves: *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* que dão uma ampla e completa visão sobre a ditadura militar brasileira. Para entender a atuação da esquerda brasileira no período da ditadura foi analisada a obra de Jacob Gorender: *Combate nas trevas*, que leva a entender todo o processo de luta armada e a clandestinidade de muitos, impulsionada por força do AI-5.

A historiadora Maria Aparecida de Aquino trás em: *Censura, Imprensa e Estado Autoritário(1968-1978)*, um enfoque a censura, uma das principais das conseqüências do AI-5, Aquino remonta o período analisando o jornal O Estado de São Paulo (OESP), um dos principais símbolos de contestação do Regime Militar, e que foi alvo preferencial dos órgãos censores. Como base do trabalho foi usada a tese: *Memória articulada e Memória publicizada* da professora Maria da Conceição Fraga, que enfoca a experiência de parlamentares brasileiros, bastantes atuantes na luta contra a ditadura militar, e que hoje estão no lado oposto, o do poder. Fazendo uma análise do período através dos depoimentos desses personagens a professora percebe a influência das posições atuais contrapostas a da época da estudada. Ao fazer um estudo de sua tese percebe-se a importância de se analisar todos os aspectos durante uma entrevista, percebendo aquilo que não é dito.

No meio acadêmico, no núcleo de estudos históricos da Universidade federal do Rio Grande do Norte, há inúmeras produções referentes ao período, dos quais destaca-se a produção de Nilton Carlos Santos Cruz: *Anistia de 1979, uma obra inacabada*, que também remonta todo o processo, de geração e consolidação do regime militar, porém, no intuito de responder questões sobre os processos que geraram a anistia.

Para uma pesquisa mais aprofundada foram usadas, além da bibliografia, análises dos periódicos *O Diário de Natal*, *O Estado de São Paulo* e *o Jornal do Brasil*. Avaliando-se edições da época e de um período posterior, por entender que os jornais contemporâneos ao regime militar, mostram uma visão bastante distorcida, devido a repressão exercida, principalmente após a edição do AI-5. Com a abertura política as publicações se tornaram mais fidedignas a realidade. Foi alvo preferencial dessa pesquisa utilização das fontes orais, que dão o melhor enfoque ao período militar no Rio Grande do Norte.

Esta monografia tem inicialmente o objetivo de compreender quais fatores tornaram o governo de João Goulart o momento propício para os militares a deflagrarem o golpe. Tenta também entender como esse golpe conseguiu consolidar-se, e quais os motivos que levaram a adoção do AI-5, analisando seu impacto em todo o Brasil, com destaque ao estado do Rio Grande do Norte. No intuito de obter respostas a essas questões o trabalho está dividido em três capítulos.

No primeiro, é feita uma contextualização da preparação do golpe militar à estruturação do regime. São abordadas as diferentes etapas da institucionalização até sua consolidação, tanto em nível federal como local.

O segundo capítulo faz referência à instauração AI-5. É focado o ano de 1968 e com seus distúrbios políticos e sociais. São apresentados os motivos que levaram a edição do AI-5, o que este novo ato determinava e as conseqüências por ele acarretadas.

No terceiro capítulo, para fazer uma análise a respeito da temática proposta no Rio Grande do Norte, foi necessário colher o depoimento de personagens que viveram de perto a ditadura e, sobretudo o impacto causado pelo AI-5. Esses depoimentos vieram como um elemento enriquecedor deste trabalho, por considerar tão relevante o uso da memória quanto o uso de documentos.

CAPÍTULO 1- OS LIMITES DA DEMOCRACIA NO BRASIL E OS ANOS DE AUTORITARISMO

A Chegada de Goulart a Presidência

A eleição de Jânio Quadros teve todas as características de um voto protesto, pois ele venceu o sistema existente entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) que imperava no país desde 1945. Seu governo, iniciado em janeiro de 1961, enfrentou inúmeros entraves, o país se encontrava com uma inflação altíssima e a dívida externa só fazia crescer, o clima tornava-se insustentável, a insatisfação se instaurava tanto nas camadas populares quanto na classe empresarial. Tentando melhorar o quadro nacional Jânio resolveu restabelecer relações com a União Soviética e com os países de caráter socialista, essa proximidade com os comunistas, não agradava em nada os militares e conservadores da época.

O estopim foi quando Jânio chegou a condecorar o líder revolucionário Ernesto “Che” Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul. Essa atitude fez com que o então porta-voz da União Democrata Nacional (UDN), jornalista Carlos Lacerda, se manifestasse em cadeia nacional contra o presidente e o acusasse de está tramando um golpe, onde fortaleceria seu poder, em detrimento de seu partido, da imprensa, dos seus ministros militares e do próprio Congresso Nacional¹ Jânio provavelmente não suportando a oposição que se configurou, a partir de então, renunciou ao cargo, no dia 25 de agosto de 1961, através de ofício entregue ao seu Ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. Ofício lido numa sessão extraordinária no Congresso Nacional, onde dizia: “Nesta data, e por este instrumento deixando com o Ministro

¹ SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe? 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978. p.42.

da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República. (Quadros apud Silva)²

Sem mais explicações o Presidente da República renunciou, causando o maior alarido no cenário político brasileiro. Muitos como os governadores de São Paulo e Minas Gerais pediram que ele reconsiderasse a sua decisão em nome do bem do país, no entanto a decisão foi irrevogável. Nesse momento assumiu o poder o Presidente da Câmara Ranieri Mazzili, já que na ocasião o vice-presidente João Goulart estava em viagem à China.

Apesar da Constituição estabelecer, que com a renúncia do Presidente, o poder deveria ser assumido pelo Vice-Presidente, a posse de João Goulart era vetada por destacados chefes militares que se reuniram na casa do antigo Ministro Café Filho e engendraram uma forma de impedir Goulart de assumir o poder. Mas os congressistas não aceitavam essa supressão da legalidade e exigiam que fosse cumprida a Constituinte; temiam que os militares tomassem o poder e instaurassem no país uma ditadura. A situação apesar de delicada acabou se resolvendo com um paliativo que foi a implantação do regime parlamentarista, através de uma Emenda Constitucional, o Ato Adicional nº 4. Segundo Helio Silva :

A solução parlamentarista, que viabilizou a posse, fora, na verdade, uma solução de compromisso que permitia a posse do Presidente legítimo, como previa a constituição, sem desagradar, totalmente, os Ministros Militares que o vetavam. Neste aspecto a Emenda parlamentarista, votada pelo Congresso, foi a fórmula salvadora encontrada às pressas para evitar a guerra civil, cuja possibilidade assustava a tantos, na medida em que um setor do exército e amplos setores populares e civis se dispunham a defender a posse do Presidente e a legalidade.³

² SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe? p.45

³Ibid, p.156

Jango assim ingressa no cargo de presidente com uma limitação de poder, “aceitara presidir sem governar”.⁴, já que o poder executivo seria exercido pelo Primeiro Ministro, ficando a cargo dessa função Tancredo Neves.

O Governo de Goulart

O parlamentarismo implantado no Brasil não despertava segurança entre a população, a mais interessada na volta ao presidencialismo. O clima de instabilidade se acentuou com as renúncias consecutivas do Primeiro-Ministro Tancredo Neves e de seus sucessores Auro Moura e Brochado da Rocha. Finalmente em 6 de janeiro de 1962 em plebiscito o país rejeita o parlamentarismo e o Ato nº 4 é revogado ,volta então vigorar a Constituição de 1946.

Com o presidencialismo reacendem-se as esperanças na realização das tão sonhadas reformas, No momento em que as forças populares viram emergir o governo Goulart, entenderam ser a hora de transformar a estrutura social do Estado, sem, no entanto, perceber que havia forças orgânicas na sociedade que detinham maior poder e que seriam entraves na política nacional-reformista. As reformas de base, já prometidas por Jânio Quadros, e uma espécie de continuísmo da velha política Getulista de desenvolvimento, era o principal projeto do governo de Goulart, sua realização tornou-se complexa, porque além do grave quadro econômico que o país passava, ele tinha que controlar e enfrentar as pressões da oposição dos militares e o clima de expectativa e cobrança vindo da população. Tais reformas causavam tanto alarido porque pretendia efetuar uma mudança radical na configuração política, econômica e social do Brasil. Sobre os intuitos dessas reformas Hélio Silva esclarece:

O objetivo era democratizar não só a propriedade de terra, mas também o ensino e a cultura, limitar a saída de capital estrangeiro assim como

⁴SILVA, Hélio.1964:Golpe ou Contragolpe? p.157

assegurar o controle nacional da economia, transferindo o poder econômico da jurisdição estrangeira para a nacional, além e assegurar a participação política de setores sociais até então marginalizados.⁵

Inicialmente, foi implantado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado, o qual tinha por objetivo manter as taxas de crescimento da economia e reduzir a inflação. Essas condições, exigidas pelo FMI, seriam indispensáveis para a obtenção de novos empréstimos, para a renegociação da dívida externa e para a elevação do nível investimento. Estava determinada também a realização das reformas chamadas reformas de base: reforma agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral. Para o governo, elas eram necessárias ao desenvolvimento de um capitalismo nacional e progressista.

Com essa e outras medidas, ficou explícita a tentativa do governo de cumprir o compromisso com as diversas correntes que disputavam o poder, implantou uma série de providências, nas esferas administrativa e política, para as quais o Brasil não estava preparado, nem o governo tinha condições de realizar. Percebeu-se que o plano trienal era ambicioso demais, pois implementava uma série de dispositivos reformistas, deveras radicais, e estipulavam essas realizações no curto espaço de tempo de três anos.

O plano mostrou-se contraditório na medida em que procurou estreitar as alianças com o movimento sindical e com o movimento nacional-reformistas, e paralelamente tentou implementar uma política de estabilização baseada na contenção salarial. Factualmente esse plano não conseguiu como pretendia conciliar o estruturalismo com monetarismo, nem o desenvolvimento com a estabilização e muito menos harmonizar as soluções técnicas com as pressões políticas. Dessa forma não surtiu efeito, no sentido que não conseguiu impedir o crescimento da crise econômica.

⁵ SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe? p.159

O Plano Trienal foi abandonado de vez em meados de 1963, mas o Presidente continuou a implementar medidas de caráter nacionalista: limitou a remessa de capital para o exterior, nacionalizou empresas de comunicação e decidiu rever as concessões para exploração de minérios.

Com essa postura Goulart perdeu rapidamente suas bases na burguesia e, numa atitude de evitar seu isolamento político, reforçou as alianças com as correntes reformistas: aproximou-se ainda mais de seu cunhado Leonel Brizola, então Deputado Federal pela Guanabara, de Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Partido Comunista, que, embora na ilegalidade, mantinha forte atuação nos movimentos popular e sindical. Mas o anúncio dessas reformas aumentou a oposição ao governo e acentuou a polarização da sociedade brasileira.

No dia 15 de Março o presidente João Goulart, enviou ao Congresso Nacional a sua última mensagem, na abertura da sessão legislativa de 1964. Foi sua tentativa final de realizar o programa das reformas de base com a colaboração do parlamento.

O Golpe Militar



As retaliações estrangeiras foram rápidas: governo e empresas privadas norte-americanas cortaram o crédito para o Brasil e interromperam a negociação da dívida externa. No dia 13 de março de 1964, João Goulart realiza um grande comício na Central do Brasil (Rio de Janeiro), onde defendeu as Reformas de Base. Neste plano, a revisão da constituição e a desapropriação de todas as terras que margeavam rodovias ferroviárias e açudes, passando por cima até da autoridade do Congresso Nacional. Seis dias depois, em 19 de março, os conservadores organizaram uma manifestação contra as intenções de João Goulart. Foi a

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas pelas ruas do centro da cidade São Paulo, o clima de crise política e as tensões sociais aumentaram.

Os conspiradores se excitavam a preparar a derrubada de João Goulart. Mas precipitando os conspiradores, no dia 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas. A esquerda esperava nesse momento um comando que não aconteceu, Goulart tentou montar uma resistência no sul, onde tinha o apoio de Leonel Brizola, mas seu governo já tinha sido destituído e os militares já estavam vitoriosos, instalando-se no poder, com o Congresso Nacional empossando, o Deputado Ranieri Mazzilli na Presidência da República. Em 1º de Abril os Golpistas já estavam vitoriosos, tanto que a *Operação Brother Sam*, assim denominada por que contava com o apoio de armas e equipamentos norte-americanos, foi desativada no mesmo dia, em 2 de abril de 1964, uma sessão extraordinária do Congresso Nacional declara vaga à presidência, consumado o golpe civil-militar deflagrado em 31 de março.

Mas para entender esse desfecho deve-se salientar que a oposição a Goulart sempre esteve ativa, procurando minar a sua força política, por demonstrar ser um homem com uma posição bastante nacionalista Goulart tinha o apoio das massas, os conservadores sabiam que seria difícil destituí-lo do poder. Iniciaram, então, uma campanha de cunho ideológico disseminada através de dois institutos, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Ação Social (IPES).

IBAD nasceu ainda no final do governo de Juscelino Kubitschek, em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. Contando com o apoio de empresários, tanto brasileiros como estrangeiros descontentes com a alta da inflação e o estilo *populista* de JK, julgaram necessário organizarem-se. A posse de João Goulart na presidência da República, em setembro de 1961, acirrou os ânimos dos ibadianos. O ápice da atuação do instituto foi na

campanha eleitoral de 1962. Para isso, foi criada, com fins explicitamente eleitorais, a Ação Democrática Popular (Adep).

Sua função era canalizar recursos para os candidatos contrários a Goulart, que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados. Ao mesmo tempo, o IBAD engendrou ferrenha campanha contra o governo Goulart e os candidatos ao Legislativo identificados pelos ibadianos como comunistas. Além disso, produziu e difundiu grande número de programas de rádio e de televisão e matérias nos jornais com conteúdo anticomunista. A medida de maior impacto do IBAD foi o aluguel durante a campanha eleitoral do vespertino carioca, à noite, por 90 dias. A linha política do jornal foi radicalmente modificada, de defensora de candidatos do PTB e de posições nacionalistas, à promoção dos candidatos apoiados pela Adep e identificados ao anticomunismo.

Já as articulações que culminaram com a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais IPES, começaram ainda em 1961, mas só fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, o IPES resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras das outras unidades da federação. Da mesma forma que os empresários que compunham o IBAD, os membros do IPES estavam preocupados com a inflação, com a falta de planejamento econômico do governo e, principalmente, com a suposta influência de comunistas e o aumento da intervenção estatal. O instituto também promoveu intensa campanha anti-governamental. Para essa campanha, associava as propostas do governo ao comunismo, utilizando, para isso, todos os meios de comunicação, se dizendo em defesa da *democracia* e da livre iniciativa. Outra de suas medidas foi o financiamento de entidades contrárias ao governo Goulart. René Armand Dreifuss faz a seguinte análise sobre as articulações que culminaram com a deposição de João Goulart.

A campanha ideológica planejada e organizada pelo complexo IPES/IBAD, através da ação político-militar do bloco multinacional e associado, foi vital e fundamental para levar a instituição de um novo bloco de poder no Estado. Nessa luta hegemônica de classe s pelo poder, ação, a organização, os movimentos, buscando as articulações, foi fundamental para a obtenção do êxito. Politicamente significou uma mobilização conjunta para o golpe militar, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidário, que terminou por se transformar em ação militar, formando um novo bloco histórico.⁶

O Governo Militar no Brasil

A partir de 1º de Abril de 1964 o Brasil passou a viver uma nova ordem, que foi consolidada, oito dias após a tomada do poder, com a edição de um Ato Institucional, frustrando aqueles que ainda acreditavam em uma reação da democracia.

Ato Institucional, mais tarde identificado como AI-1, já que foi apenas o primeiro de uma série, institucionalizou o sistema de eleição indireta para Presidente, assim a junta militar reuniu as condições necessárias para empossar, o primeiro presidente à ditadura militar, Castelo Branco.

O AI-1 limitava bastante os poderes do Congresso Nacional e cerceava a autonomia do Poder Judiciário, pois estabelecia, em seu artigo nº 10, a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos por dez anos, àqueles que se opusessem à *paz nacional*. Os primeiros a sofrer com tais determinações foram às lideranças políticas de esquerda além do próprio Presidente João Goulart, e mais 40 membros do Congresso Nacional. Começava a *Operação Limpeza* que não se restringiu a perseguir e prender líderes de renome, se propagando a todos aqueles que se opunham à *Nova Ordem* instalada, elementos esses comprometidos em atividades ditas subversivas. Sobre esta repressão Thomas Skidmore disse o seguinte:

⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. 1. ed. Petrópolis Vozes, 1981.p.209

A repressão foi especialmente severa no Nordeste. Nem era de se surpreender, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da SUDENE Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das ligas camponesas, e o velho ativista do partido comunista, Gregório Bezerra. O Estado de Pernambuco servia de abrigo para um dos maiores centros de atividades do partido comunista no Brasil, embora modesto em números absolutos.⁷

Visando enfraquecer cada vez mais os partidos de oposição e fortalecer o novo bloco emergente, Castelo Branco editou o Ato Institucional nº 2, assinado no dia 17 de Outubro de 1965. Este novo Ato determinava que as eleições para presidente e governadores seriam indiretas, que os partidos políticos foram extintos, e apenas dois novos partidos seriam legalmente criados: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Dentre as medidas a que gerou maior controvérsia foi a que estabelecia a criação do Serviço Nacional de Informações, que tinha a missão de investigar a vida dos cidadãos, este órgão foi quem lançou as bases para o imenso aparato repressivo que se instaurou no Brasil. No campo econômico o AI-2 procurou reforçar o investimento de capital internacional no Brasil, para tal procurou conter o crescimento da classe operária, tornou o mecanismo da greve ilegal com a lei nº 4330, promulgada em 1º de junho de 1964. Com esta medida o governo pretendia impedir a organização da classe operária e suas reivindicações de aumento real de salário.

O Ato Institucional nº 3 (AI-3), estabelecia eleições indiretas para governador que seriam eleitos pelas Assembleias Legislativas e que respeitados os mandatos em vigor, governadores de estado, os prefeitos dos municípios das capitais mediante prévio, nomeados mediante consentimento da Assembleia Legislativa ao nome proposto. Os prefeitos dos

⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1984)**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p.57

demais municípios seriam eleitos por voto direto e maioria simples, admitindo-se sublegendas, nos termos estabelecidos pelos estatutos partidários, as eleições de 1966.

Após ter assegurado controle sobre o Congresso Nacional, restava ao regime dar legitimação à nova Constituição que deveria vigorar a partir de 1967, com esse propósito, em 7 de dezembro de 1966, foi editado o Ato Institucional nº 4 (AI-4), que reabriu o Congresso Nacional fechado desde o mês de outubro desse mesmo ano, reaberto com o intuito de votar a Constituição e assim legitimá-la.

A sucessão presidencial que levou, em 31 de março de 1967, a posse do presidente Costa e Silva fez com que o país entrasse num processo de recrudescimento do regime. Já que Costa e Silva não comungava com a idéia de devolver aos civis o poder político, e exigia uma maior firmeza nas ações de repressão, para garantir a manutenção do poder pelos militares. Diferente do pensamento de algumas figuras importantes das Forças Armadas, esta divisão em relação ao modelo político que deveria ser adotado no país, caracterizou uma quebra na alta cúpula militar. Sobressaindo as idéias da corrente que defendia um rigor ainda maior contra aqueles que se posicionassem contra o regime. Por isso as tentativas de contestação à nova ordem revolucionária foram reprimidas com rigidez. O Ministério da Justiça ocupado por Gama e Silva reprimiu os movimento de oposição, conhecido como Frente Ampla, liderada por personagens como Juscelino Kubitschek e Leonel Brizola. Nesse mesmo momento estudantes e trabalhadores se mobilizaram saiam às ruas em grandes passeatas, pedindo o fim daquela ordem de repressão política e econômica estabelecida no país, espelhando uma tendência mundial, estudantes protestavam na França, os tanques soviéticos invadiam Praga, na Tchecoslováquia, líderes mundiais foram assassinados como o caso de Bob Kennedy e Luther King nos Estados Unidos.

Em 1968 o Brasil, como todo o mundo, passava por um período de grandes agitações políticas, e essa efervescência alertou os militares que se sentindo ameaçados, exigiram do

presidente uma posição que fizesse frear aquele levante da esquerda. Como consequência, foi assinado em 13 de dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5 (AI-5), alvo principal desse estudo e que será explorado no próximo capítulo. Através desse Ato o presidente poderia intervir nos estados e municípios; decretar estado de sítio sem aprovação do Congresso Nacional; cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; demitir ou reformar oficiais das Forças Armadas e das Polícias Militares, além de poder suspender as garantias constitucionais dos indivíduos. Foi nesse momento que a censura se estabeleceu como uma constante sobre a imprensa, as redações dos jornais que tinham uma linha editorial divergente dos interesses do regime ganharam censores, que ao analisar as matérias selecionavam, o que ia e o que não ia ser publicado. Era, portanto, impensável publicar notícias de prisões, torturas e desaparecimentos.

Ao adotar o AI-5, o governo dava um arremate a um dos ciclos de liberalização, fazendo com que aqueles que estavam esperançosos com a volta da democracia desanimassem e com que centenas de intelectuais, artistas entre outros tomassem o caminho auto-exílio, criando uma crise institucional no país. Os movimentos contra as medidas autoritárias do governo militar aumentaram cada vez mais, instaurou-se um radicalismo entre as forças do governo e aqueles que pediam o fim do regime. O movimento de luta armada, as guerrilhas urbanas, se espalhou pelo Brasil, mas esta estratégia não surtiu efeito, pois as forças militares eram superiores e terminaram por derrotar este segmento da oposição, representado pela esquerda brasileira. Sobre essa temática Jacob Gorender um dos membros do comitê central do Partido Comunista do Brasil-PCB explica o fracasso das guerrilha urbana no Brasil em sua obra *Combate nas Trevas* :

A desintegração, a desunião dos elementos que compunham, na época, os partidos de esquerda, foi um, entre outros fatores, que contribuiu para que o movimento armado não tivesse obtido sucesso em seu sonho de liberdade.

As esquerdas brasileiras não tiveram uma fundamentação teórica para organizar o movimento armado, por esse motivo a derrota ocorreu⁸

Os primeiros anos do Governo de Emilio Garrastazul Médice, foi um período de prosperidade no campo econômico, este crescimento ficou conhecido como *milagre brasileiro*. Mas se pelo lado econômico foi positivo, por outro o seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, tanto que ficou na historia como *anos de chumbo*.

A Reabertura Política

Com o sucessor de Médice, o General Ernesto Geisel, iniciou-se o diálogo com as oposições, surgia aí à idéia de abertura política. Mas esse seria um processo lento e gradual, foi em seu governo que a imprensa começou a se ver livre da censura, tornando-se um aliado para a consolidação da abertura. Militares contrários à redemocratização promoveram inúmeros atentados, no intuito de reunir as oposições. Nesse momento a imprensa, com sua liberdade restabelecida, passa a denunciar os desmandos e violência do regime militar, ajudando a enfraquecê-lo.

Desgastados, após a vitória esmagadora da oposição nas eleições de 1974, não restava outra saída aos militares ao não ser concluir o processo de redemocratização. Para isso Ernesto Geisel, antes de terminar o seu governo lançou o projeto de abertura que ia devolver o poder políticos aos civis e a realizar eleições diretas em todos os níveis que, diante das circunstancias, tornou-se indireta.

⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990 p.62.(Série Temas)

O último dos presidentes militares foi o General João Figueiredo, que fora escolhido por Geisel para sucedê-lo, ainda de forma indireta. Por pertencer à mesma corrente de pensamento de seu antecessor, Figueiredo também passou a sofrer pressões dos militares da *linha-dura* que cometeram diversos atentados contra instituições o mais conhecido desses atentados, foi ao Riocentro, que aconteceu durante um show em comemoração ao dia do trabalho, esse atentado foi frustrado, pois a bombas que supostamente deveriam explodir durante o show, explodiram antecipadamente, uma delas dentro de um carro, matando um de seus ocupantes e ferindo outro. Essa foi uma das últimas tentativas de caráter terrorista tomadas pela direita no país que nesse momento, passava a ser investigada por seus atos. Tudo isso para que Figueiredo não desse continuidade ao processo de abertura iniciado por Geisel.

Apesar de alguns recuos devidos às pressões sofridas, a abertura política desenvolveu-se, concretizando-se em outubro de 1978, quando o Congresso Nacional aprovou um conjunto de reformas conhecido como Emenda Constitucional nº 11, pondo fim num dos maiores símbolos da repressão militar, o AI-5. No ano seguinte foi promulgada a lei que estabelecia a anistia política, aos que se encontravam fora do país, acusados pelos militares de serem subversivos. O ciclo militar acaba com a eleição, pelo colégio eleitoral de Tancredo Neves.

A Ditadura no Rio Grande do Norte

O golpe militar aqui no Rio Grande do Norte, desencadeou uma controvérsia política, o então governador Aluísio Alves e o ex-governador Dinarte Mariz, posicionaram-se favoráveis ao golpe dos militares, enquanto o prefeito da cidade de Natal, Djalma Maranhão,

por concordar com as idéias do presidente que estava sendo destituído, colocou a favor da legalidade.

Assim como ocorreu em todo o Brasil, era natural um conflito ideológico entre os representantes de esquerda e de direita aqui no estado. Djalma Maranhão e Dinarte Mariz colocaram em prática e seguiram fieis as suas posições ideológicas, tomando à frente das forças de esquerda e de direita, respectivamente. Mas a posição, tomada pelo então governador Aluisio Alves surpreendeu a todos, pois sua trajetória política sempre foi galgada no *populismo*.⁹ No primeiro momento sua atitude natural foi apoiar o Presidente e amigo Goulart, mas logo em seguida mudou sua posição, referendando o golpe, como mostra, Moacir de Góes em seu livro, *2 livros de Djalma no Exílio: No dia 1º de abril, o Sr. Aluísio Alves, imprensado pelos acontecimentos, redigiu dois manifestos, um a favor da revolução, e o outro, ao lado do amigo Jango.*¹⁰

Podemos entender essa posição de Aluísio se analisarmos alguns fatores o primeiro era que ele queria manter-se a qualquer custo no controle do poder estadual, e segundo lugar, apesar de manter a nível nacional uma aliança com o governo João Goulart, localmente sua aliança era com as oligarquias e com os EUA, através da Aliança para o Progresso, esses setores estavam apoiando o golpe e certamente foram determinantes para a posição por ele tomada.

Quando o golpe já estava deflagrado, Aluísio Alves publicou nota na Tribuna do Norte, intitulada *Ao Povo*, na qual lamentava informar:

Que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte (...) não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e

⁹Fenômeno utilizado por alguns políticos coma finalidade de tornarem conhecidos da grande massa. Tem características políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Para aprofundar o conhecimento, ver: Francisco Welfort. Estado e massas no Brasil. Revista Civilização Brasileira.

¹⁰GÓES, Moacyr de. *2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio*. Natal: Artprint. 1999b. p. 246.

políticas, conduzindo o país a um impasse intolerável, que só pode ser solucionado com o respeito às tradições das forças armadas.¹¹

Aluísio difundiu a idéia de tranqüilidade e de que a população deveria abster-se de participar qualquer movimento contra as forças armadas, e foi a sua influência sobre a população determinou o fraco movimento de resistência ao golpe aqui no estado.

Em posição contrária ao golpe militar e ao governador Aluísio Alves ficou o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, que não só demonstrou discordar da ação militar, como também se dispôs a combatê-lo. Na manhã de 1º de abril de 1964, Djalma reuniu-se na Prefeitura de Natal com seus secretários, lideranças estudantis, sindicais e políticas. Numa atitude legítima, do ponto de vista democrático, e convocou aqueles que tinham a mesma opinião a resistirem a se reunirem no prédio da prefeitura, para lá poderem articular uma forma de reação. Djalma Maranhão invoca toda população, através de notas oficiais, Na primeira delas consta:



O prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclamam o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade, que possibilitará a libertação do povo e do País do imperialismo e do latifúndio, a concretização das Reformas de Base do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil. O prefeito Djalma Maranhão (...) cumpre a sua obrigação de dizer que a Prefeitura é a casa do povo onde se instala nesta hora, o Q.G. da legalidade e da resistência.¹²

Em Natal, não ocorre nenhuma manifestação popular de resistência, pois além de valer de sua influência junto à população, como já foi citado, o governador do Estado junto

¹¹ PEREIRA, Henrique Alonso A. R. **O Homem da Esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960-1966)**. Recife, 1996. 156 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

¹² PEREIRA, Henrique Alonso A. R. **O Homem da Esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960-1966)** p.156

com as autoridades militares das Forças Armadas, adotaram medidas preventivas para impedir a perturbação da ordem pública, mesmo com o emprego violento da força, deixando tropas de prontidão nas ruas. Em notas oficiais, os militares advertiam ao povo em geral e, particularmente, os estudantes e operários, que estavam proibidas as aglomerações, passeatas e comícios contrários ao regime instaurado.

Segundo José Wellington Germano a inércia da população mediante o golpe ocorreu, por que a ação as forças armadas foi imediata, eles trataram logo de ocupar na manhã de 1º de abril, os principais pontos da cidade, cercando alguns sindicatos e dissolvendo o Q.G. da legalidade instaurando no edifício da prefeitura. Germano explica ainda que a dissolução do Q. G. foi o primeiro dos atos que envolveram a deposição do prefeito Djalma Maranhão e de seu vice Gonzaga dos Santos, acusados de comunistas.

No dia 2 de abril junto com Djalma Maranhão foram presos o presidente do Sindicato da Construção Civil, Evlin Medeiros e o vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos, todos acusados de serem comunistas e conduzidos ao 16º R.I. A partir daquele momento a política no Rio Grande do Norte ganhou uma nova configuração partidária, Aluísio Alves e Dinarte Mariz eram inimigos políticos desde as eleições de 1960, e devido às circunstâncias, reuniram-se em um mesmo partido, a ARENA que era o partido do governo. Como era de se esperar o partido era pequeno para abrigar duas lideranças tão importantes quanto Aluísio e Dinarte, as desavenças entre eles não acabaram, pelo contrário, se acentuaram. Uma forma de se resolver foi à divisão do partido, aqui no estado, a ARENA Vermelha que pertencia a Dinarte, e a ARENA Verde liderada por Aluísio. Dinarte não admitia a participação de Aluísio nem no partido nem na vida política do estado, e aproveitando-se de sua influência junto aos militares solicitou ao então Presidente da República, Costa e Silva, a cassação dos direitos políticos de Aluísio Alves, pedido já solicitado pelo mesmo Dinarte quando

Presidente era Castelo Branco, que na época havia negado. Mas desta vez Costa e Silva, atendendo o pedido de Dinarte, decretou a cassação dos direitos políticos de Alúcio.

CAPÍTULO 2 - O RECRUDESCIMENTO DO REGIME

1968 e as Agitações Políticas

Como foi citado no capítulo anterior, o ano de 1968 desestruturou o poder militar: os estudantes ocuparam as ruas (em junho, 100 mil pessoas, mobilizadas pelo movimento estudantil, saíram em passeata, no Rio, para protestar contra a violência policial e militar); a oposição articulava-se; o dissidente do regime Carlos Lacerda procurava os adversários do governo, propondo união em torno de uma Frente Ampla. Os militares da linha dura pressionavam Costa e Silva, queriam poderes suficientes para submeter os políticos de oposição, que no seu entender conspiravam, e a guerrilha de esquerda, que se disseminava. O perigo comunista era um fantasma: uma reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba, no ano anterior, a partir da qual o regime cubano passou a fornecer apoio estratégico aos movimentos comunistas do continente, era a grande referência à direita e à esquerda. Mas, na lista dos *medos militares*, outras histórias, essas cheias de fantasia, também apareciam e causavam grande confusão.

O historiador Hélio Silva, conta que pavor maior causou a união de Lacerda com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, na Frente Ampla. Segundo ele, a história que circulava nos altos escalões militares dava conta de uma *contra-revolução* comandada por ambos, com a ajuda de políticos cassados ou de oposição ao regime, que formariam uma junta governativa e declarariam o presidente Costa e Silva fora da lei.¹³

Os militares especulavam muito sobre o momento, segundo eles, a ameaça comunista se disseminava rápido e medidas deveriam ser tomadas imediatamente para manter

¹³ SILVA, Hélio. **Os Presidentes**: Arthur da Costa e Silva. 1.ed. São Paulo: Grupo de Comunicação três, 1983 p.35

a ordem no país e assegurar a manutenção do regime. Mas a medida drástica que pretendiam tomar precisa de alguma justificativa palpável.

E o pretexto que queriam foi o discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, do MDB do então Estado da Guanabara que incentivava o povo a não comparecer aos desfiles militares de 7 setembro e as moças a não dançarem com os jovens cadetes nos bailes comemorativos a independência, e as próprias mulheres dos militares a ignorarem seus maridos, como um ato de protesto contra a ditadura. Esse apenas um discurso no *pinga-fogo* da Câmara, horário para pronunciamentos rápidos, ouvidos distraidamente pelos deputados. Segundo o jornalista Carlos Chagas momento do discurso não houve muita repercussão, mas a repercussão se deu dois dias depois:

Tão desimportante fora aquele discurso que a liderança do governo nem se dera ao trabalho de responder. Mas 48 horas depois, cópias xerox do pronunciamento estavam em todos os quartéis, distribuídas junto com textos que falavam da humilhação imposta pelo legislativo e os políticos aos militares.¹⁴

Imediatamente os Ministros militares Lyra Tavares do Exército, Augusto Redemaker da Marinha e Marcio Souza de Melo da Aeronáutica, pediram ao então Ministro da Justiça Gama e Silva a abertura de um processo para caçar o mandato do Deputado Moreira Alves, mas essa medida era inconstitucional, pois feria o princípio da Imunidade Parlamentar e o pedido foi vetado pelo Congresso.

Criado esse impasse com o Legislativo, encontrou-se o ensejo que os militares necessitaram para justificar a edição de mais um Ato Institucional, o AI-5. A edição desse novo Ato foi cercada de muito cuidado, principalmente por parte do Presidente Costa e Silva, que estava ciente que estaria instaurando no país um período diferente do que anteriormente

¹⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/12/83 p.1

alvitrará quando assumiu o seu cargo. “Estava em dúvida propusera um ano e nove meses antes, ao assumir o poder a ser um presidente de todos os brasileiros. A somar a compor e governar sem o arbítrio”¹⁵

Mas o Presidente Costa e Silva estava cercado de pessoas que não só apoiavam, como reivindicavam a edição do AI-5, como única medida capaz de impedir o avanço da esquerda, seus Ministros eram os mais favoráveis a adoção dessa medida. O único que se levantou contra o AI-5 foi o Vice-presidente Pedro Aleixo, que disse dos perigos de se ingressar na exceção e recomendou a adoção do estado de sítio. Sobre o discurso de Pedro Aleixo, *O Jornal Estado de São Paulo* de 13 de dezembro de 1983 escreveu em reportagem referente aos quinze anos da edição do AI-5: “O velho mestre do direito alertou, mas falava para surdos”.¹⁶, disse dos perigos de se ingressar da exceção, coisa fácil, porém impossível de prever a saída.

Mas seu discurso de nada adiantou, a maioria dos presentes continuou alheia, seu alerta virou motivo de chacota entre os Ministros que estavam irredutíveis e o AI-5 fora aprovado e assinado por Costa e Silva.

Após sucessivas reuniões com membros do conselho de segurança nacional e seus Ministros, que começaram ontem à tarde, e terminaram às 23 horas de ontem, o Presidente da República abaixou Ato Institucional, com a finalidade de preservar a revolução de março de 1961.¹⁷

O AI-5

Uma nação inteiramente aturdida recebeu ontem à noite a comunicação de que deixaram de vigor todos os direitos individuais, substituídos pelo império do arbítrio. De agora em diante, subverte-se um principio jurídico universal, que é a presunção que todos são inocentes até prova ao contrário (...) entrou em recesso o congresso suspendeu-se a vigência da constituição, os direitos individuais e as liberdade foram varridas¹⁸

¹⁵ ESTADO DE SÃO PAULO, 13/12/1988, p.1

¹⁶ Ibid., 13/12/1988, p.6

¹⁷ JORNAL DO BRASIL, 14/12/1968 p.1

¹⁸ Ibid., p.6

O trecho acima pertence à edição censurada do Jornal do Brasil no dia 14 de dezembro de 1968 denunciavam a nova ordem que o Brasil ingressara, mas estas não chegaram a ser lidas pela população, pois foram censuradas, a força da nova censura foi primeiro impacto desse Ato foi logo notado, da qual tratarei mais adiante, essa era apenas uma amostra do que vinha pela frente. Coube ao Ministro da justiça Gama Filho anunciar, na noite de 13 de dezembro de 1968, em rede nacional, que a partir daquele momento entrava em vigor o AI-5. Este novo Ato dispunha de 12 artigos que estabeleciam que a constituição de 1967 e as constituições estaduais seriam mantidas, mas respeitariam as modificações constantes neste Ato, decretava o recesso do congresso nacional até uma nova ordem do presidente e conseqüentemente a autorizava o poder executivo a legislar em todas as matérias e o polemico artigo que dava o direito ao Presidente da República de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e caçar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: cessação de privilégios de foro por prerrogativa de função; suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política; aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada; proibição de freqüentar determinados lugares; domicílio determinado. Com essas medidas o governo dava um arremate a um dos ciclos de liberalização, fazendo com que aqueles que estavam esperançosos com a volta da democracia desanimassem e com que centenas de intelectuais, artistas entre outros tomassem o caminho auto-exílio, criando uma crise institucional no país. Segundo a historiadora Maria Aparecido de Aquino:

A edição do AI-5 representa, para o regime inaugurado em 1964 uma guinada de posição. A partir desse momento, com o endurecimento político propugnado pelo ato, torna-se claro as rédeas da condução do País, no âmbito militar havia mudado definitivamente de posição(...) passa a haver o

predomínio da “linha dura” mudanças ao demoraram a se fazer sentir nesse setor¹⁹

Nesse contexto, aumentaram no Brasil os movimentos contra tais medidas autoritárias do governo militar, instaurou-se um radicalismo entre as forças do governo e aqueles que pediam o fim do regime, o movimento a uma luta armada, as guerrilhas urbanas, se espalharam pelo Brasil, mas esta estratégia não surtiu efeito, pois as forças militares eram superiores e terminaram por derrotar este segmento da oposição, representado pela esquerda brasileira.

Foi no governo Emilio Garrastazul Médice que o AI-5 viveu o auge da exceção, tanto que ficou conhecido como *anos de chumbo*, onde o aparato repressivo estatal foi posto totalmente em prática, ele se constituía de elementos que agiam de forma integrada: uma rede eficiente de informação, representada essencialmente pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) criado pelo General Golbery do Couto e Silva e em funcionamento desde 1964, responsabilizando-se por direcionar todas as informações recebidas para o Poder Executivo; organizações que encabeçavam as ações repressivas em nível local, como a Divisão Municipal de Polícia (DM), coordenada pelo Departamento de Ordem Pública-Social (DOPS) que, por sua vez, se encontrava sob a jurisdição da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP); e por instâncias das Forças Armadas como o Centro de Informação do Exército (CIEEX), Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA).

Estes setores contavam com a liberdade e autonomia para realizarem suas atividades. Em São Paulo, no ano de 1969, criou-se a Operação Bandeirante (OBAN) que obtinha recursos financeiros do empresariado.

¹⁹ AQUINO, Maria Aparecida de Aquino. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)* ed.p.1999

AI-5 no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, no dia 14 de dezembro de 1968, dia seguinte à edição do AI-5, não se notou nenhum alarido, o governador do estado Monsenhor Walfredo Gurgel, ex-intregalista e político moderado, não adotou nenhuma medida preventiva ou repressiva, e não houve nenhuma reação ou protesto nas ruas, naquele momento as lideranças estudantis de Natal estavam ausentes, algumas participando de congresso na União dos Estudantes (UNE) no interior de São Paulo, como Gileno Guanabara de Souza, José Bezerra Marinho, Dermi Azevedo, Jaime Ariston.²⁰ O Governador Walfredo Gurgel telegrafou ao presidente Costa e Silva, hipotecando solidariedade pela promulgação do AI-5:

No momento em que vossa excelência promulga Ato Institucional a fim de preservar ordem, tranqüilidade e assegura o desenvolvimento econômico e social de nossa pátria, apraz-me comunicar que reina a mais completa calma e ordem no nosso estado, estamos todos do governo dispostos a colaborar com V. Exc. Confiando que a atitude assumida venha consolidar os objetivos da revolução de março de 64, respeitosa saudações Monsenhor Walfredo Gurgel, Governador do estado²¹

A bancada Arenista após solicitação do vereador Eugenio Neto, assinou telegrama de apoio a edição do AI-5, a ser enviado ao presidente, os integrantes do MDB recusaram, pois não viam motivos para congratular ninguém, muito menos Costa e Silva.

Os líderes do MDB, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Igreja Católica e Protestante, sindicatos, intelectuais e jornalistas ficaram todos calados, a mercê de um governo que prometia radicalizar contra aqueles que se posicionassem contra seu regime, neste momento uma ditadura consolidada.

A emissora de Educação Rural de Natal, a rádio da Arquidiocese, sob a direção de Dom Nivaldo Monte, era a primeira emissora a transmitir o texto integral do AI-5, o editor da

²⁰ DIÁRIO DE NATAL, 13/12/1988, p.3

²¹ DIÁRIO DE NATAL, 17/12/1968, p.6

matéria foi Irapuã Rocha e o locutor Públio José, antes de iniciar a transmissão da matéria, foi lida a frase de Irapuã: (...)Quando as nuvens do obscurantismo se abatem sobre a Nação, o regime baixou o AI-5²². Pouco tempo depois do noticiário, viaturas e homens do exercito, cercaram o prédio da Rádio Rural, na praça Pio X, a poucos metros do gabinete arquiocesano Irapuã que estava em casa foi avisado pelo motorista da rádio e conseguiu fugir, a partir desse momento Irapuã entrou na clandestinidade e passou a ser perseguido pelo regime, partiu para a luta armada, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma das inúmeras organizações de esquerda existentes no país.

A História do AI-5 a ser narrada é de terror e repressão, nos primeiros dias após sua edição, as lideranças estudantis passaram a ser procuradas pelas policia federal e estadual, principalmente as que participavam do congresso da UNE, realizado no Ceará, ficava difícil resistir a força da pressão do governo, o passado de luta de muitos deles foi esquecido decidiram mergulhar na passividade e assim manter sua liberdade e até mesmo suas vidas. Juliano Siqueira, hoje vereador, foi um dos que enveredou por um outro caminho, ingressando como muitos na luta armada, que diante do poder militar, não obteve sucesso, segundo ele:

O AI-5 foi uma exacerbação da ditadura, a sua fase fascista. Eu estava participando do 30º congresso da UNE, no Ceará, quando soube da sua edição e, a partir daí, não tinha mais nenhuma saída democrática para o povo brasileiro. Só tinha um caminho naquele momento: a luta armada.²³

No Estado , em fevereiro de 1969, o primeiro político a ser cassado foi Aluísio Alves, deputado federal da Arena (verde), o partido de sustentação do regime militar pré-AI-5, seguiram-se às cassações, agora aos aliados de Aluísio: Erivan França, Francisco Seráfico Dantas, Garibaldi Alves, Assunção de Macedo e Agnelo Alves. Todos cassados sem processo,

²² O DIÁRIO DE NATAL, 13/12/1998,p.6

²³ Ibid.,p.6

sem denúncias formais nem informações sobre os motivos pelos quais foram condenados a perder a cidadania por 10 anos.²⁴

A Censura

A Censura foi um dos principais pontos enfatizados pelo AI-5, fim de coibir informações afrontosas ao regime, o governo militar se armou de seu aparato repressor. Várias questões foram proibidas de serem vinculadas pelos órgãos da Imprensa. Entre elas questões políticas, onde os jornais estavam proibidos de veicular matérias, que falassem da repressão por parte do governo militar, aos partidos políticos de oposição e a seus parlamentares cassados, os jornais estavam proibidos de publicar críticas feitas pelos parlamentares de oposição, como também as vindas do exterior. Sobre esses atos, Thomas Skidmore se expressou da seguinte forma:

Acobertada pelo novo instrumento militar legal, a censura atingiu a imprensa, não poupando nem mesmo os jornalistas de mais prestígio. Carlos Castelo Branco, o mais conhecido colunista político do Brasil, foi preso justamente com diretor do seu jornal, *Jornal do Brasil*. Posteriormente, seria preso também o editor do mesmo jornal, Alberto Dines. Os linhas-duras, liderados pelo ministro do interior Albuquerque Lima, Fizeram saber que o Brasil precisava de vinte anos de regime autoritário. Defendiam também a necessidade de um partido novo e confiável caso o legislativo voltasse a funcionar, Costa e Silva resumiu a opinião militar em seu primeiro discurso publico depois da edição do AI-5, quando perguntou: Quantas vezes teremos que reiterar e demonstrar que a revolução é irreversível?²⁵

Outro assunto proibido era a relação entre Estado e a Igreja, esta ultima era tratada como opositora do regime por ter aberto suas portas para proteger *comunistas e subversivos*.

Sobre esta relação, Dom Evaristo Arns expressou:

²⁴ O DIÁRIO DE NATAL, 13/12/1988, p.4

²⁵ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1984). 4.ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.166

Com a implantação do regime militar, entretanto, a partir de 1968, a trajetória da Igreja foi de constante evolução em suas preocupações sociais, resultando disso um distanciamento crescente das autoridades governantes, um posicionamento crítico frente às medidas, uma defesa corajosa dos direitos humanos. E a conseqüente perseguição, repressão, o confronto. O ano de 1968 foi um momento de manifestações de protestos e de repressão, policial condenada pelos cristãos.²⁶

A censura instaurada com auxílio da propaganda de valorização do regime militar foi um dos alicerces para a manutenção dos militares no poder, já que serviam como uma venda para a população não enxergar a verdadeira face do governo. Sobre esse assunto o Padre Antonio Pereira Aparecido comenta:

A censura será do ao lado de outros tipos de repressão, o instrumento que buscará eliminar toda a possibilidade de debate, crítica e posição. A propaganda e a censura caminham juntas nos regimes autoritários, uma sustenta a outra. A propaganda apóia a censura dando-lhe maior eficácia pela eliminação de qualquer outra possibilidade de instância crítica (Pe Antônio Pereira Aparecido apud Aquino p.81,1999)²⁷

Nota-se que no período antecedente ao golpe militar, através de editorias, os principais jornais do país tiveram um papel fundamental no sentido de convencer a sociedade civil a resistir contra o governo João Goulart. Da mesma forma que se colocou contra Jango, a Imprensa, alegando os princípios liberais, se colocou contra os militares, pois os mesmos estavam desrespeitando estes princípios, ao impor a censura aos jornalistas Júlio Mesquita Neto, proprietário de um dos maiores jornais do país se expressou sobre o tema:



²⁶ ARNS, Paulo Evaristo Dom. **Um relato para a História: Brasil: nunca mais.** 4.ed Petrópolis: Vozes 1985, p.147 e 148

²⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário(1968-1978).**p.72

As aspirações do homem a liberdade de expressão precedeu [sic] de muitos séculos o aparecimento da imprensa. Ela é inerente à própria condição humana e manifesta-se nas primeiras sociedades organizadas onde mecanismos representativos para a sobrevivência da coletividade geram dialeticamente o espírito de crítica e o desejo de mudança. Abordar, portanto, o tema da liberdade de expressão na América é determo-nos num breve capítulo de um grande tema: o relativo a uma liberdade que não é privilégio dos Jornalistas, mas sim, direito inalienável de todos os homens, que tem sobrevivido a todas as tiranias, e sobre a qual se assenta o sistema democrático, único compatível com a plena realização dos indivíduos e das sociedades nacionais. (Mesquita Neto, apud. Aquino, 1999, p.53)²⁸

Para fugir dessa censura, foram usados muitos subterfúgios, os jornais enchiam-se de metáforas, ironias e mensagens cifradas, que muitas vezes passavam despercebidas pelos censores. A edição de 14 de dezembro de 1968 do Jornal do Brasil é um bom exemplo disso, tendo sua publicação original censurada, por fazer críticas a o AI-5, se tornou a mais surrealista de um grande jornal brasileiro, na primeira página encontrávamos previsão do tempo que indicava: “ *tempo negro* ; temperatura sufocante; o ar está irrespirável; o país está sendo varrido por *fortes ventos* ”²⁹. Evidenciando o recrudescimento do regime militar, a partir daquele momento.

O governo trabalhava com dois tipos de censura, a censura prévia, aquela onde os censores trabalhavam dentro das redações dos jornais, com a finalidade de realizar uma leitura, selecionando apenas as matérias de apoio ao governo e cortando aquilo que segundo eles era inapropriado.

Além da censura prévia, existia a autocensura, que consistia em acordos fechados com proprietários dos grandes jornais. Esses acordos tinham a finalidade de decidir sobre que matéria seria ou não publicada, caracterizando assim uma autocensura, manipulada pelo próprio dono do jornal.

²⁸ AQUINO, Maria Aparecida de Aquino. *Censura , Imprensa e Estado Autoritário(1968-1978)* .p.53

²⁹ JORNAL DO BRASIL, dezembro, 1968

A censura previa estava destinada principalmente a jornais alternativos, que se rebelavam mais sobre a posição do governo, mas temos alguns exemplos de jornais de grande porte que se levantaram em oposição ao governo e por isso tiveram suas redações invadidas pelos censores esse é o caso do jornal O Estado de São Paulo (OESP).

O OESP foi um dos grandes expoentes na luta contra a censura e especialista em burlá-la, a combatividade do jornal chegou a ser objeto de vários estudos. Um deles, a tese de mestrado intitulada *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78)*, da historiadora Maria Aparecida de Aquino, aponta o OESP e, particularmente, o poema de Camões, como um marco da luta contra o autoritarismo. “Restou como símbolo de resistência construída no cotidiano de um jornal que, de muitas e variadas maneiras, procurou, em dado momento histórico, fugir de determinada dominação exercida sobre o corpo social”³⁰

Para fugir as determinações dos órgãos de repressão, os diretores do OESP buscavam alternativas, onde pudesse burlar o crivo da censura. Para isso usavam como estratégias vários artificios para fazer o leitor compreender que a censura estava sendo empregada, assim o jornal costumava deixar em branco os espaços que eram censurados. Sobre esse ponto Maria Aparecida Aquino faz a seguinte avaliação:

Se a censura previa preocupa-se em ocultar do público sua existência num jogo de gato e rato, evidentemente, a sutil e criativa forma de manifestação ao leitor utilizada pelo O Estado de São Paulo atinge em cheio os objetivos do estado autoritário: em primeiro lugar, porque denuncia a repressão e rompe com a imagem democrática criada pelo regime; em segundo, porque pode levar o leitor mais atento e disposto ao exercício reflexivo a tentar adivinhar qual objetivo do censor naquele momento determinado, construindo a um só tempo, a informação ocultada e o perfil da repressão.³¹

³⁰ AQUINO Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário(1978)*: O Exercício cotidiano da dominação e resistência.p.71

³¹ Ibid.,p.99

Dessa e de várias outras maneiras a imprensa brasileira engendrava uma solução para eliminar a censura e contribuir para o ressurgimento da liberdade de expressão no Brasil. No entanto, apesar da resistência da imprensa, sentida em vários momentos, muitos dos jornalistas se aliaram ao regime, principalmente devido a fase de “milagre econômico vivida no governo Médice. Segundo mostra Bernardo Kucinski que escreveu *Jornalistas e Revolucionários*:

A euforia vivida pela classe média nutrida pelo milagre econômico forneceu à grande imprensa a justificativa de mercado para um jornalismo complacente, através de produtos de disseminação cultural, como os fascículos e as revistas de lazer, nas quais o jornalismo crítico era secundário. A visão triunfalista da economia, baseada na mitificação do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) monopolizou o noticiário, em detrimento da política. Com o fechamento do Correio da Manhã, a linha triunfalista passa a dominar sem grandes dissonâncias.³²

Só com a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 24 de outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, a categoria enfim acordou para a realidade, a partir daí notas de repúdio foram publicadas em todo o país, contestando as circunstâncias em que teria morrido o jornalista, sobre esse tema Kucinski disse:

A morte de Herzog provocou crises internas agudas em algumas redações, levando à ruptura nas relações de trabalho e ao surgimento de uma nova modalidade de jornais alternativos, de caráter regional, criado em geral, por jornalistas de prestígio em capitais fora do eixo Rio-São Paulo, com o apoio seus sindicatos e portadores de propostas elaboradas de gestão cooperativa.³³

O Crivo da censura não só atingiu as redações dos jornais, a música, o cinema, o teatro também sofreram a repressão. Na mão dos censores, textos, imagens, movimentos eram proibidos por apresentar conteúdo, *subversivos* ou *imorais*. Nesse contexto alguns

³²KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa*. EDUSP: São Paulo, 1991, p. 43-44.

³³Ibid., p.60

autores tornaram-se vítimas preferenciais. O compositor Chico Buarque foi obrigado a criar um personagem, ao qual deu o nome de Julinho da Adelaide e para o qual chegou a criar uma biografia. Um mesmo samba, enviado a julgamento sob o nome de Chico Buarque, era vetado; assinado por Julinho da Adelaide passava sem um corte. Autores nacionais ou estrangeiros, mortos ou vivos, eram julgados pelos censores

Para entender a instauração da censura aqui no Rio Grande do Norte, foi feita uma pesquisa nos principais jornais existentes no estado que circulavam no período, outra fonte importante foi o livro de Manoel Rodrigues de Melo, *Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte 1909-1987*. Os periódicos do estado foram: *O Correio do Povo*, tendo como seu fundador Dinarte Mariz, homem forte da política potiguar adversário político de Aluísio Alves, era um jornal político, fundado com a intenção de fazer oposição ao chamado governo da Cruzada da Esperança, que tinha Aluisio como um grande líder carismático. Outro jornal importante e que também tinha cunho político era a *Folha da Tarde*, do prefeito Djalma Maranhão. Esse jornal era o porta-voz daqueles identificados com a linha nacionalista. Após o golpe, seu proprietário, foi cassado e o jornal sumariamente fechado.

O jornal *Tribuna do Norte* tinha uma linha editorial política, seu proprietário e fundador era o político Aluísio Alves, também jornalista, esse jornal foi o veículo que alavancou a figura política de Aluisio. O *Diário de Natal*, seguia, segundo o *Dicionário de Imprensa do Rio Grande do Norte*, seguia a linha jornalística de Assis Chateaubriant que defendia a tese de um jornal em cada cidade, para ser mantida tradições e interesses de cada unidade geográfica. O jornal *A Ordem*, ligado á arquidiocese de Natal. Foi um Jornal que procurou resistir às investidas dos militares, foi nele que se concentraram as maiores reações contra a repressão. O arcebispo Dom Eugênio Sales se encarregava de dar guarida aos perseguidos pelo regime militar. Aqui no Rio Grande do Norte a Igreja também se mostrava bastante atuante contra a Ditadura. Jornais alternativos como *Mãe Luiza*, jornal-laboratório,

da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza da Fundação José Augusto, O *Jornal do Comércio*, semanário dirigido por Lauro Botelho Fagundes e o jornal *Liberdade* de Djalma Maranhão eram principais alvos da censura, já que os jornais de expressão do Rio Grande do Norte e seus jornalistas não resistiam ao golpe militar e estabeleciam uma autocensura. Sobre esse tema Cassiano arruda declarou:

Os Jornalistas do Rio Grande do Norte seguiam e seguem uma linha de trabalho compatível com as idéias e pensamentos dos proprietários dos jornais a que servem. As notícias a serem veiculadas devem estar de acordo com os interesses de seus proprietários. Os jornalistas norte-rio-grandenses não tinham liberdade para expressar suas idéias através de editoriais ou reportagens. Seguiam apenas determinações pré-estabelecidas dos proprietários dos jornais a que pertenciam.³⁴

Assim entende-se que de maneira geral foi praticamente nula a resistência à censura instaurada a partir do AI-5, os jornalistas tiveram que se submeter a pressão do Estado e de seus diretores que seguiam ordens de órgãos ligados a Polícia Federal.

³⁴FREIRE, Benedito Silvano. *Os Jornalistas do Rio Grande do Norte e a Censura Política no Período de 1964-1978*, UFRN, 2003, p.48

CAPÍTULO 3 – A ANISTIA NA MEMÓRIA DOS ANISTIADOS

O uso da memória

Neste terceiro capítulo serão enfocados depoimentos de personagens que vivenciaram intensamente o período militar, e foram testemunhas em primeira linha do impacto que o AI-5, no Brasil e especificamente no Rio Grande do Norte. Recorri a História Oral, entendendo ser ela uma abordagem bastante adequada para o assunto pesquisado e por perceber que esses depoimentos são bastante confiáveis, a medida em que os entrevistados falaram sobre sua luta política e seus momentos de clandestinidade, após a anistia e longe, de repressões.

Ao se trabalhar com memória, primeiro deve-se entender que ela expressa o passado, mas não de forma aprisionada, ou seja, a memória aparece como uma representação do passado, através do filtro das experiências vividas no decorrer da existência de cada indivíduo e de cada grupo social. “Assim ao se recuperar o passado, os narradores o fazem através das disputas da memória”³⁵.

O conceito de memória que mais se adequou a essa pesquisa foi de Halbwachs, onde o autor, partindo do preceito da existência entre memória individual e coletiva, afirma que o passado não é revivido, mas reconstruído, através de duas categorias importantes: o tempo e o espaço.³⁶ São essas categorias que estabelecem filtros que recriam a memória.

³⁵ HALBAWCHS. M.A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.p.49

³⁷ Ibid p. 52

Dentre os autores que apresentam a memória coletiva como disputa entre estas categorias, destaca-se a visão de Le Goff que, apesar de considerar a história e a memória como algo distinto, chama a atenção para o fato de ambas estarem intrinsecamente ligadas.³⁷

Le Goff entende a memória como possuidora de elementos importantes para a concepção histórica e ressalta as relações existentes entre a memória e a identidade, quer individual quer coletiva. Para o autor o estabelecimento de determinada memória coletiva é uma conquista, por conseguinte, um instrumento de poder, pois a memória, onde cresce a história, procura resgatar o passado para servir o presente e o futuro.

A partir do resgate de várias memórias, sobre mesmo objeto, podemos ter as diferentes percepções do mesmo histórico, observando as divergências e as convergências entre os depoimentos, o que enriquecem mais a pesquisa. Os entrevistados são Mery Medeiros da Silva, líder sindicalista, um dos fundadores da liga camponesa no RN, Floriano Bezerra de Araújo, Ex-deputado e ex-líder sindical e primeiro presidente da liga camponesa do estado, o jornalista aposentado Raimundo Ubirajara Macedo, colaborador do jornal de Djalma Maranhão e Irapuã Rocha Jornalista grupos armados na época da ditadura e hoje comerciantes, personagens do período mais *sombrio* da História do país. Vítimas diretas da ditadura, presos torturados, jogados a clandestinidade e que concordaram em colaborar com essa pesquisa no intuito de esclarecer os acontecimentos que nortearam o período da ditadura militar no Brasil e especificamente a partir do AI-5, onde houve o recrudescimento do regime. Período, onde o medo imperava e impedia qualquer tipo de reação, aqueles que queriam lutar pela liberdade tiveram que se resguardar, para garantir, pelo menos, suas vidas.

³⁷ LE GOFF, J. *História e Memória*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p.85

Depoimentos:**Mery Medeiros da Silva***Cidadão Natalense*

Mery Medeiros da Silva, nasceu aos 10 de janeiro de 1943, numa localidade chamada Regomoleiro, distrito de São Gonçalo do Amarante, foi condecorado com o título de cidadão natalense, por um decreto legislativo do ex-vereador George Câmara. Funcionário do SIND'AGUA, viúvo civilmente, hoje vive com uma companheira, professora, tem um filho único, Merise Medeiros da Silva, contador. Foi estudante do Atheneu norte-rio-grandense, ,isso afirma com muito orgulho, atualmente é militante político e pertence à diretoria do Partido Comunista do Brasil.

A Iniciação Política...

Seu encantamento com a política começou por volta de 1961, era estudante do Colégio Estadual do Atheneu, como já citado, um colégio de tradição na vida educacional do estado, considerado um tipo de universidade da época, já que ainda não existia uma faculdade no estado, segundo Mery:

O Atheneu foi pra mim, e para outros jovens, uma universidade, porque lá tinha os melhores professores da época, basta dizer que Luiz Maranhão era professor do Ateneu, Esmerado Siqueira, Floriano Cavalcante, Rômulo Chaves Wanderley e assim os maiores intelectuais da época eram professores de lá, até porque não existiam universidades, elas foram surgir bem depois, então por assim dizer, o Ateneu era o centro de discussões políticas da cidade do Natal.

Em 1960 com a ascensão da revolução cubana, em Natal foi realizado o Congresso Latino Americano de Cuba, onde hoje é a escola Anísio Teixeira, esse foi apenas um de uma série de fatos que proporcionou uma grande efervescência cultural e política na cidade, dessa forma o jovem Mery Medeiros cresceu num ambiente em que se discutia realmente em todos os cantos a política vigente. Nessa época estava na prefeitura da cidade um Prefeito democrata chamado Djalma Maranhão, ex-presos políticos que morreu no exílio. Mery destaca que:

Natal foi palco de uma coisa grandiosa que foi a campanha: *De pé no chão também se aprende a lê*, e tinha outra: *De pé no chão também se aprende uma profissão*, que foram feitas por Djalma Maranhão, não só Djalma, mas um grupo de intelectuais, entre eles Moacyr de Góes, ainda vivo, que é um ícone da educação no mundo, discípulo de Paulo Freire e que hoje reside no Rio de Janeiro, então em Natal vivia-se um clima um clima propício, sob a égide de um governo democrata, sindicalista que era o governo de João Goulart, que dava guarida a toda movimentação cultural e política da época (...)

Desde jovem envolvido em movimentos sociais, fascinou-se pelas Ligas Camponesas lideradas pelo deputado Francisco Julião, com o qual teve contato em Recife, aonde lhe veio à idéia de se formar aqui no estado a liga camponesa. Sendo a liga fundada em setembro de 1963, e o primeiro presidente Floriano Bezerra de Araújo. Sobre as ligas Mery enfoca:

Então esse movimento nasceu, mas não teve tempo histórico de se concretizar, porque ela foi fundada em setembro 1963 e em março de 1964 veio o golpe, portanto só durou 7 meses. Nas organizações camponesas meu trabalho em Mamanguapé e Sapê e aqui no Rio Grande do Norte em Canguaretama, onde efetuei algumas ações políticas, nessa época abandonei os estudos, empolgado por esse movimento de organização, o fiz da mesma maneira que vários estudantes o fizeram, estava cursando a 2ª série ginasial me integrando totalmente nessa luta das Ligas Camponesas.

O Golpe Militar

O golpe de 64 veio trazer uma mudança drástica na vida de muitos brasileiros em especial na do jovem Mery:

O golpe militar, como todos os golpes na América Latina e no mundo, foi um golpe violento, no sentido da exclusão política, do arbítrio político, porque no golpe militar, aqui no Brasil, as instituições seculares como *habeas corpus* e direito de defesa, não foram preservadas. Ele foi arquitetado sob a égide da liquidação, atingiram a sociedade brasileira principalmente através de seus estudantes e da intelectualidade de modo geral, basta dizer que após o golpe as universidades foram bitoladas, devassadas, e houve um retrocesso cruel da cultura brasileira.

No dia 31 de março, data do golpe, Mery estava em Recife, numa cooperativa subsidiada pela SUDENE, chamada Cooperativa Tiriri, a alguns quilômetros da cidade de Cabo de Santo Agostinho. E relembra que já nesse dia foram presos Francisco Julião, Miguel Arraes, e aqui no estado foi imediatamente deposto Djalma Maranhão, que fora retirado do Palácio Felipe Camarão. Destaca ainda que Gregório Bezerra uma figura de grande expressão na vida política brasileira, ex-deputado federal da constituinte, fora tirado bruscamente de casa e barbaramente torturado, e menciona que esse fato, causou profunda comoção até por parte da própria Igreja, cujo titular da época Dom Helder Câmara. Então assim que instaurado o golpe as prisões começaram a se suceder, foi algo imediato.

A Prisão: Relembrar é Preciso...

Mery só foi preso em novembro de 1964, com a alegação de organização de atividades ditas *subversivas*, já que usava um nome falso, e só foi encontrado porque alguns de seus companheiros, que estavam presos deixaram vaziar a informação de seu esconderijo.

Ele ainda tentou fugir, mas os militares atiraram. Assim ocorreu sua primeira prisão, na localidade de Prazeres, em Jaboatão, PE, onde estava fazendo a atividade de reorganização do movimento sindical, tentando dar novo fôlego ao movimento, naquele momento travado pelos atos institucionais.

Chegou em Natal em 1965, preso, ao chegar aqui, ouviu de seus companheiros de sela muitos relatos de torturas, confissões de figuras como, Luis Maranhão filho, Floriano Bezerra entre outros que tinham sido espancados de forma cruel.

O governador Aluísio Alves abriu o estado para todas as investigações, uma espécie de IPM, tanto rural quanto urbana, foram designados dois policiais pernambucanos para comandar as investigações, foram eles Carlos de Moura Veras e José Domingos da Silva. Treinados pelo FBI e pela Escola do Panamá, com o objetivo de executar as formas mais requintadas e cruéis de torturas, para isso tinham total autonomia, verdadeiro poder de polícia de vasculhar e invadir as casas dos *suspeitos*. Sobre suas prisões Mery explica:

(...) As minhas prisões foram três, seqüenciadas, eu passava um período, solto, outro preso. Aqui em Natal, na cheguei a sofrer violência física, mas psicológica, estava muito doente na época e eles para me torturarem tomaram meu remédio, onde eu sofri violência física foi em Recife e em Fortaleza, em uma delas, *relembrar é preciso, eles não mediam os atos de violência*. Eles nos colocaram, em câmaras frigoríficas, onde colocavam juntos aqueles bois completos para congelar, as pessoas todas desmaiavam, eu fui um dos que não suportei. Eles usavam vários artificios, choques elétricos, pau de arara, dormia no chão.

Em fortaleza, onde passou 65 dias, quase chegou à morte, colocaram comida estragada para ele comer causando-lhe uma grave infecção intestinal, Mery pensou que não ia resistir:

(...) eles me deram uma carne de charque com baião-de-dois, com o objetivo de me liquidar, ao cabo de 45 dias eu estava praticamente morto, e quem me salvou foi um soldado desertor era palhaço de circo e que jogou para mim algumas cascas de laranja, que eu coloquei em uma garrafa, e foi o que me

salvou, fiz com essas cascas uma água bem amarga e tomei um litro todinho ai me recuperei, mas lá eu passei 60 dias dormindo despido e no chão.

O Tema Maldito...

Na época em que passou a vigorar o AI-5, Mery estava em liberdade, sua última prisão foi de 1969 a 1971. O Sindicalista relata : “o período do AI-5 foi de muita violência e medo, todos temiam, e que não havia mais nenhum resquício de liberdade, nas universidades não se falava sobre o assunto, o tema era *maldito*”. Nesse momento observa-se que a delação era grande, estimulada pelos órgãos repressores, tanto que Mery não participou da campanha de anistia, porque ia e vinha de Natal, e não arrumava emprego, seu passado recente o condenava, não podia fugir do estigma de *comunista*.

Em geral o clima era de muito terror, a comunicação entre os sindicalistas era muito difícil, cada qual acuado em seu canto. Sobre o AI-5 Mery relata:

Na verdade os Atos Institucionais foram um o *aprimoramento* do outro, aperfeiçoando as formas de punir, cercando cada vez mais o cidadão. Eu acho que esses Atos gerados em gabinetes militares tinham a função de castrar os direitos do cidadão, o AI-5 foi o pior por que veio a caçar os direitos políticos, além disso, pessoas eram impedidas de exercer sua cidadania e impedidas de exercer suas profissões, o seu principal alvo foi a classe estudantil por ser uma classe bastante consciente e com maior poder de organização, por isso alguns estudantes foram punidos, como Juliano Siqueira, Luciano Almeida, Maurício Anísio que passou dez anos na prisão, Edílson R. Machado e Moises Domingos, hoje professor da universidade, existia um decreto, 477, se não me engano, que possibilitava tirar o estudante do curso e expulsá-lo da universidade.

Os sindicatos, a essa altura do AI-5, por estarem totalmente amordaçados, não tinham mais vigor, o AI-5, relembra Mery, foi à fase mais completa de arbítrio imaginado pelo poder militar, veio como a forma mais aperfeiçoada dos Atos institucionais.

Mas como uma forma de reação se organizou um comitê norte-rio-grandense de anistia, do qual participava Roberto Furtado, uma figura de expressão maior na luta contra o AI-5 e na defesa dos presos políticos, que havia sido secretário de Djalma Maranhão. Além dele outras figuras que merecem registro, dentro desse comitê, são eles: o ex-vereador Sérgio de Oliveira Diegues, Juliano Siqueira e o também ex-vereador Erico Hacker, o homem que teve coragem de abrir a Câmara para elementos que queriam a redemocratização do Brasil e cessar com esse Ato, que era um grande absurdo. A Câmara através de seu presidente Erico Hacker e de Sérgio Diegues recebeu a presença da Ordem dos Advogados do Brasil(OAB) e de famílias dos presos políticos, além de outras pessoas que lutavam pelo fim daquele período de arbítrio. Esse foi o primeiro e mais expressivo movimento no Rio Grande do Norte de rebeldia aos Atos institucionais, mais precisamente ao AI-5.

Esse ser atuante do processo de luta pela liberdade, no período da ditadura militar, se mostrou bastante sereno ao relembra todos esses fatos, uma fase dolorosa de sua vida, mas importante para formar a pessoa consciente que é hoje. Em suas considerações finais sobre o período ilustra: “A ditadura foi à página da história que causa vergonha e nojo as pessoas de bem e o AI-5 foi o auge desse período, mas que deixou um aprendizado e a certeza de que *nós estávamos certos.*”

Floriano Bezerra de Araújo

O Autodidata

Floriano Bezerra de Araújo, viúvo, tem 9 filhos e 13 netos. Foi deputado estadual, líder sindical, 1969 fez o curso madureza, terminando, 1972, contabilidade no Colégio Cônego Luis Monte. Floriano sempre foi um autodidata descobriu a leitura, desde 1950, na

Biblioteca Municipal Rui Barbosa em Macau, lá que tomou conhecimento, através de um documento da ESSO, uma multinacional do petróleo, que a nossa região era riquíssima em petróleo, a começar da Patagônia descendo de lá e passando pelo nosso maciço central e saindo aqui na nossa costa da região salineira. A partir de então tornou-se personagem atuante na luta pelo petróleo brasileiro, e especialmente potiguar.

O Marxista

Ingressou na política por influência do pai, Venâncio Zacarias de Araújo, operário de salina, que disputou a Prefeitura de Macau sendo eleito, dirigindo o município no espaço de 58 a 62. Começou sua luta política no Partido Trabalhista do Brasil, PTB, partido de Vargas e de João Goulart. Tinha como campo doutrinário a filosofia política e social de Alberto Pasqualini, gaúcho, que defendia o socialismo e a busca de uma sociedade igualitária, em que os homens fossem fraternos, e assim pudessem desenvolver o país de acordo com seus interesses e dos interesses da própria humanidade.

Logo em seguida, no meio disso, começou a estudar um pouco de Marx e de seus continuadores como Lênin e Trotski, figuras que fizeram esteio nessa grande codificação filosófica, política e econômica e que criaram essa dimensão, para que a sociedade saiba que existe um sistema, onde é possível realizar a igualdade social.

O Petróleo é Nosso

Sua liderança se mostrou, ainda na profissão salineira, onde começou a fazer vida sindical, em seguida iniciou sua carreira na política, onde percorreu uma caminhada de dez anos seguidos. Entrou na luta do *O Petróleo é Nosso*, ainda bastante jovem, ação que foi

desenvolvida de 1950 até a criação da Petrobrás em 1953, depois ingressou na batalha para provar que aqui no Rio Grande do Norte tinha petróleo, na região salineira alto e médio-oeste. Era convicto que estavam corretos as perspectivas de alguns estudiosos do século XIX e do século XX, inclusive Vint un Rosado, grande professor mossoroense, que incentivava a pesquisa de petróleo aqui no estado. Sobre esse episódio Floriano relata:

Essa luta, eu travei durante 35 anos, até que ficou jorrando petróleo pelos cotovelos, por assim dizer, aqui no Rio Grande do Norte. Eu me sinto muito bem quando falo dessa luta, por que, fui protagonista dessa aparição de riqueza fabulosa, para o nosso país, para o nosso estado e para nossa região salineira.

Do Golpe Frustrado à 64

Floriano ao remontar o golpe militar, aprofunda o início desse processo lembrando que veio mais de longe, ainda na presidência de Getúlio Vargas, eleito em 1950 para tirar um quadriênio de governo e que não conseguiu. Floriano caracteriza Getúlio como um nacionalista convicto, um homem que tinha grande sentimento patriótico e tinha uma afinidade com as massas populares muito grande, um humanista-populista, e distingue a forma populista de Getúlio intitulando-o de *populista-estadista*.

Observamos que nesse momento, citado por Floriano, as elites se movimentavam contra o governo de Getúlio, achavam que já havia passado muito tempo no poder, 15 anos, e temiam que ele engajasse mais uma geração no poder. Desencadearam, assim, um movimento para tirá-lo a qualquer custo da presidência e da frente do processo político do país. E a partir disso veio como desfecho, seu suicídio em 1954, quando achou por bem dar um tiro no coração, e segundo as palavras na carta testamento, *sair da vida para entrar na história*. Esse ato do Presidente veio a boicotar o golpe que estava em curso.

Floriano explica que esse golpe retardado em 1954, com o suicídio de Vargas, veio acontecer, justamente, no processo de 64, quando os acontecimentos do mundo inteiro vinham crescendo com as massas populares avançando. No Brasil havia também uma organização dessas massas, os camponeses que sempre foram uma classe esquecida, até o próprio Vargas, em seu governo, olhou a todos menos aos camponeses, então essas massas camponesas, que já vinham sendo trabalhados por outros movimentos. Sobre o período Floriano explana:

Com a ascensão de Jango a Presidência da República, aguçaram mais suas atividades, por que Jango assumiu logo o ideário das reformas de base, essas reformas mudariam as estruturas do país, e para mudar essas estruturas o que é que se tinha de fazer? Tinha que se criar condições para mudar o tipo de propriedade, porque é o tipo de propriedade que produz o status. Então se precisava fazer um reforma de base, e o carro chefe dessas reforma era a reforma agrária, ai é que veio a luta no campo, em todo o país, e no nordeste a instalação das ligas camponesas.

As ligas citadas por Floriano, tiveram início em Pernambuco, no Engenho da Galiléia, e depois foram se espalhando para a Cidade do Cabo, para Zona da Mata, para a Paraíba e até chegar aqui no Rio Grande do Norte, Floriano relembra que já estava acontecendo à fundação das Ligas no Brasil central, quando veio o golpe de 64.

Nessa ebulição política, Floriano, junto com vários outros companheiros, dentre eles Mery Medeiros, tomou a iniciativa de fundar as ligas camponesas no Rio Grande do Norte. Isso ocorreu após ter passado quatro dias em Pernambuco, ao lado de Francisco Julião, líder do movimento da ligas de lá Floriano voltou com a idéia e convidou inicialmente Mery para fazer essa luta.

Eles assumiram a responsabilidade com Francisco Julião de fundar a liga, passaram um mês num trabalho de base, na região agreste nos municípios de Canguaretama e Baía Formosa. Floriano rememora que:

Numa determinada noite, na Fazenda Estrela em Baía Formosa, numa noite belíssima de lua cheia, com mais de trezentas pessoas reunidas, fizemos a fundação da liga. De lá então a gente voltou para a capital e tratou de fazer o estatuto da liga, que foi registrada como fundada em Natal, mas na verdade não o foi.

Então, nesse contexto Floriano se mostrava bastante atuante, não só no movimento das ligas, como no movimento sindical, onde era presidente do sindicato dos trabalhadores da indústria do sal, o mais forte sindicato que o nordeste teve em toda a sua história, e se destacando nessa luta também dentro do movimento parlamentar, como deputado estadual usava a tribuna da Assembléia para reivindicar pelas massas, onde afirma:

Estávamos em todas as frentes que se possa imaginar e nesse mesmo momento o Presidente assumia a responsabilidade pelas reformas de base. Tudo isso passou a incomodar o *imperialismo norte-americano* que achou por bem preparar, estruturar um golpe militar e para isso fundou diversas organizações, onde deu proeminência ao Instituto Brasileiro de Ações Democráticas, IBAD, que reuniu tudo que foi parlamentar corrupto picareta, donos das frentes de comunicação de massa, toda grande escrita e falada, toda essa gente junta conseguiu fazer o golpe e derrubar o governo de João Goulart e levando as nossas massas a *rua da amargura*.

O Golpe

Na ocorrência do golpe militar de 1964, Floriano estava em Natal, tomou conhecimento nas primeiras horas do dia 1º de Abril, logo que ficou ciente da situação tratou de viajar para Macau, onde tomou o conhecimento dos fatos locais, reuniu lideranças do movimento sindical da cidade, e resolveram passar um período de expectativa, num sitiozinho abandonado, no vale do Açú, junto com outros companheiros, sobre esse momento Floriano recorda:

(...) lá passamos nove dias, com um rádio de pilha acompanhando os acontecimentos, para vê no que ia dar, quando nos chegamos à conclusão de que não tinha saída e que o golpe já estava vitorioso. A partir daí as prisões se sucederam e com quinze dias de instaurado o golpe eu fui preso e no mesmo instante em que eu entrava, preso, no 16 RI, assumia a presidência Humberto Castelo Branco, em 15 de abril de 1964.

Prisão e Terror Psicológico

Naquele momento, o tempo se fechou, aqui no estado foram presos inúmeras figuras, em Macau, Zacarias Francisco Rodrigues, Venâncio Zacarias de Araújo, pai de Floriano e Joaquim Xavier de Souza, presidente do sindicato dos estivadores e muitos outros trabalhadores das salinas e estivadores.

Em Natal, Floriano foi Preso no 16 RI e junto a outras figuras de expressão na luta pelo direito pleno da cidadania, como o Jornalista Ubirajara Macedo, Djalma Maranhão, prefeito deposto de Natal, os irmãos Oliveira que eram Guaraci Queiroz e Paulo Francinete de Oliveira, os acadêmicos de medicina Geniberto campos e Francisco Ginani e muitos outros.

No período em que esteve preso, Floriano foi transferido, do 16 RI para Fernando de Noronha, por ordem do Capitão Lacerda, junto a ele foram Djalma Maranhão, Luiz Maranhão e Aldo Tinoco, Assim que desembarcaram na ilha, Capitão Lacerda disse de imediato ao Major Gondinho para tratar-nos na *linha dura*, e deu a ordem de que a qualquer sinal de tentativa de fuga, todos deveriam ser eliminados.

Lá já estavam presos na ilha Miguel Arraes, governador de Pernambuco, Seixas Doria, governador de Sergipe, só que eles estavam em outra localidade. Nessa prisão Floriano e seus companheiros de cárcere viveram um dos momentos de maior terror de suas vidas:

(...) Em uma determinada noite, por volta da 18h, a gente tinha sempre o costume de escutar radio, após o jantar, por meia hora na praça, aí nessa referida noite, ligamos na rádio, quando saiu um Flash anunciando uma fuga em massa dos presos de Fernando de Noronha, isso era noticiado de cinco em cinco minutos,, aí todos ficamos apavorados e procuramos o capitão João Batista e ele nos disse que já havia falado com o Coronel Mafra e ele suspeitava de uma montagem para o fuzilamento em massa na ilha e disse que se ,por acaso, viesse a ordem de fuzilamento todos seriam fuzilados. Nessa noite foi um sofrimento, muitos não conseguiram dormir e isso se estendeu até as 2h e 40 minutos da madrugada, quando suspenderam o alerta, era só tortura da linha dura.

A Edição do AI-5

Ao recordar a edição do AI-5 Floriano explicou que ele foi fruto de uma parte do governo militar intitulada *linha dura*, que ainda no governo de Castelo Branco, achando que ele era *flexível* demais e foi propositalmente ceifado do poder: “A linha dura achando Castelo Branco mole, resolveram matá-lo, num avião acima de Missefane em Fortaleza, por sinal, a terra que ele tinha nascido e foi sucedido pelo General Costa e Silva”.

Com um nome sólido em todas as unidades militares, o General Costa e Silva era o homem de maior condição, das forças armadas para assumir a Presidência. Mas Floriano relembra que Costa e Silva era um Nacionalista e quando assumiu, logo não aceitou aquele estafe político que vinha de Castelo Branco e destaca que:

Ele tomou outras iniciativas e só botou dois Ministros civis e o Presidente procurou dá uma dimensão para contrariar o *imperialismo norte-americano* que já tava dominando tudo e quando Costa e Silva procurou dar um destino nacionalista para o seu governo, aí foi que o imperialismo *botou com tudo*, e toda essa pressão que Costa e Silva sofreu foi que o levou a ter um derrame mais a frente.

Nesse momento, muitos outros movimentos sociais estavam eclodindo, por via das injustiças que estavam acontecendo na ditadura, e acentuaram-se, em 1968, quando surgiu

Aliança Liderada por Carlos Lacerda para enfrentar a ditadura, e isso foi um baque muito duro para os militares que sabiam da envergadura e da malícia política de Lacerda. Sobre a reação imposta pelos militares diante desse contexto Floriano afirma:

(...) então eles sabiam que a coisa não tava para brincadeira e por via desses acontecimentos é que veio a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, no meio disso, já tinha havido grandes marchas populares, a marcha dos cem mil no Rio de Janeiro, enfim todos esses acontecimentos levaram a esse endurecimento do sistema, aí o imperialismo norte-americano *montou de uma vez*, para fazer derrocar aquele processo de revolução.

A partir do AI-5 no Rio Grande do Norte e no Brasil como todo, a mudança foi apenas para mais opressão em cima do povo, em cima das massas, dos trabalhadores, do movimento sindical, aconteceram aí vários afastamentos e prisões, mais de dez mil líderes sindicais foram presos no país. O movimento sindical brasileiro sofreu profundamente com o golpe militar, então a partir do AI-5 isso foi se aprofundando, ninguém podia falar nada, era imediatamente preso, torturado e podia até desaparecer, como muitos desapareceram e até hoje continuam. Floriano constata que não havia condição de reação, nessa época a vida sindical estava totalmente controlada por agentes da ditadura.

O deputado mencionou que a única reação que houve foram dos estudantes, e narra um fato, onde procurado um estudante para reagir ao regime, aconselhou o estudante a recuar:

(...) inclusive fui procurado, na nossa casa em Macau, por Rui Frazão, ele era um estudante de direito no município, maranhense de nascimento. Então fui procurado por esse estudante, que eu não conhecia e que foi me procurar para instalar a guerrilha no Vale do Açu, naquele momento, em que estava sendo implantada uma guerrilha no Vale do Ribeiro em São Paulo, através do Capitão Lamarca, cujo grupo Frazão fazia parte. Ele foi me procurar com a intenção de instalar essa guerrilha, mas eu já tinha feito todas as minhas avaliações e de imediato déia resposta e disse olhe não vou pestanejar para você, não há condições objetivas, nem subjetivas para se instalar um movimento guerrilheiro no Vale do Açu, é assunto encerrado, ele lembrou: e o líder Zacarias Rodrigues? Aí eu disse, esse companheiro também não vai entrar porque ele já está sabendo disso, nos já avaliamos as circunstâncias e

não há condições mínimas para a reação, nesse momento eu notei que a lagrima correu no canto do olho dele, e eu sugeri ainda que ele que tivesse grande cautela, eu sabia que não havia condições, eu não era louco de entrar em um desses movimentos, para matar diversos companheiros meus em luta que já estava perdida.

Essa atitude de Floriano Bezerra, nada mais é do que espelho da repressão sofrida na época, cada passo que algum dos líderes desse seria investigado pelos militares, não havia como se esconder, muito menos de se tentar reagir ao regime, isso fica explícito quando Floriano recorda:

Em 1968, eu estava passando por momentos de dificuldades em Macau e viajei para Pendências, para passar uns tempos na casa de um amigo, eu cheguei numa sexta-feira e à tarde chegou um Coronel, que eu já conhecia, para saber o por que da minha estada lá, dias depois chegou um americano, jovem, bem aparecido que comprou uma propriedade na ribeira do rio, ele comprou uma enxada no comércio e passava todos os dias na frente da casa, onde eu estava, com a enxada no ombro, logo que eu voltei para Macau, com três dias esse homem vendeu a propriedade que havia comprado e desapareceu de lá, e depois fiquei sabendo que aquele era uma agente da CIA.

Afirma ainda:

Em cada repartição das agências do INSS, cada diretor de escola, cada pastor cada padre, era um agente dos *homens*, podiam até não dar o serviço, mas eram tidos como agente. E uma explicação para isso é que essas instituições não sabem viver longe do poder, é a união desses órgãos que formam a hegemonia de um país.

Em suas considerações finais Floriano destaca que, por mais sufocante que tenha sido a experiência da ditadura militar, principalmente a partir do AI-5, algo positivo se manifestou:

(...) mas eu diria que essa luta revolucionaria, buscando igualdade na sociedade, foi profundamente positiva em termos de iniciativa, procurando abrir as portas para a liberdade, e se não fosse a luta que aconteceu depois do AI-5 liderada pela juventude brasileira, nós não podemos nem imaginar a que ponto teria chegado aqui como organização social, como povo, como sociedade. Isso por que as ditaduras começam de uma maneira, mas não sabem como findam, então de certa maneira o AI-5 foi positivo criou as condições necessárias para o movimento das massas que levou as diretas já.

Ubirajara Macedo

Bira



Raimundo Ubirajara Macedo, jornalista aposentado, que trabalhou em jornais local e nacional como O Diário de Natal, Tribuna do Norte e Folha de São Paulo, ainda atua na profissão, mas sem vínculos empregatícios com esses jornais. Conhecido nas redações de jornais como Bira, e assina suas matérias com o nome Ubirajara Macedo.

O Golpe: Esperando a Prisão

Quando arrebentou o golpe, no dia 1º de abril de 1964, como já falei, eu estava como chefe de redação, no lugar de um colega que foi fazer uma cirurgia em Recife, e ao chamado do Governador Aluisio Alves, diretor da Tribuna, teve que voltar para refazer o jornal, adequando a edição a nova ordem que passava a vigorar.

Nesse momento Ubirajara já previa sua prisão, principalmente devido a sua atuação no jornal de Djalma Maranhão, por muito menos pessoas já estavam sendo presas. Sobre a expectativa da prisão Ubirajara esclarece:

Quando o golpe foi deflagrado eu ainda passei sete dias para ser preso, fui preso no dia 7 de abril, no saguão dos correios e telégrafos, na verdade eu já estava esperando ser preso a qualquer momento, mas eu nem pensava em fugir, fugir para onde? Eu pobre, só sabia fazer mesmo jornal era funcionário publico, se fugisse eu ia perder salário, família, eu era casado pela primeira vez, tinha filhos pequenos, o que eu ia fazer lá fora?. Eu esperava minha prisão, tendo em vista, que pessoas com menos *atividades* do que eu, tinham sido presas, eu já tinha um nome feito, pela minha atuação no jornal de Djalma Maranhão, além de trabalhar nos correios e o diretor de lá era o Coronel Dagoberto Rodrigues, muito ligado a Leonel Brizola, e todos que eram ligados a Brizola eram tidos como conspiradores, então todos foram para a cadeia. Assim todo mundo já me conhecia, os militares, a polícia, tinha até um policial que me taxava de comunista, sem eu nunca ter sido, apenas tinha e tenho afinidades com o partido comunista, mas naquela altura meu nome já estava na ficha do DOPS. Fui preso e foi na prisão que conheci Mery Medeiros, um grande líder sindical, fiquei um período de onze meses preso, ele passou muito mais, por que antes ele esteve preso, se não me engano, em fortaleza e Recife e quando ele foi transferido para cá me encontro no 16 RI, eu e companheiros como Djalma Maranhão, Floriano Bezerra e Aldo Tinoco.

O AI-5 e a Censura

E nesse contexto os jornais já tinham sido todos ocupados pelos militares que não permitiam notícias que não fossem de elogio ao golpe, combatendo aqueles cujo derrubou. Assim, imediatamente ao golpe veio à censura, que com o AI-5 só piorou. Na época da edição do AI-5 Ubirajara se encontrava em São Paulo, onde passou um período de cinco anos, trabalhando no Jornal Folha de São Paulo.

Apesar da distância Ubirajara estava ciente de tudo que acontecia por aqui. O Jornalista explica que foi no tempo do AI-5 que prenderam Cassiano Arruda Câmara, devido a uma matéria em que criticava um General, e relembra que Cassiano nunca foi de esquerda, pelo contrário, as posições dele sempre foram de direita, até hoje, acredito até que de certa maneira ele era ligado ao golpe.

Ubirajara observa que de maneira geral não houve reação da imprensa aqui no Rio Grande do Norte, como não aconteceu em todo o Brasil, não ser um ou outro jornal, pois

aqueles que se mostravam contrários ao golpe eram logo fechados. O jornalista cita o caso do jornal de Djalma Maranhão que não teve tempo nem de se manifestar, foi logo fechado.

Ubirajara expressa ainda que censura acontecia da seguinte forma: Os órgãos responsáveis enviavam representantes, os chamados censores, as redações e verificavam as matérias, mas isso era de forma esporádica, não chegava a ter uma pessoa dentro das redações, Ubirajara lembra que acontecia muito uma espécie de autocensura, os diretores de redação sabiam aquilo que podiam ou não publicar, ele mesmo sem ser obrigado a fazer essa autocensura, a fazia. recorda ainda que apenas em São Paulo chegou a vê , pessoas do governo dentro das redações vistoriando as matérias e as censurando.

Tentando fazer um resumo do que foi o Golpe Ubirajara atentou para o fato de que: “O golpe foi uma coisa ilegal por que derrubou um presidente eleito pelo povo, e daí por diante o que se esperar mais? Tudo de ilegal e esse foi um período, cinzento, triste da nossa história”.

Irapuan Fernandes Rocha

Um Idealista

Irapuan Fernandes Rocha, 59 anos, nasceu em 16 de agosto de 1946, casado atualmente exerce a função de comerciante. Quando jovem, Irapuan se intitulava um idealista, pois desde cedo já procurava participar de movimentos de caráter político-sociais, e logo ingressou em um grupo da Igreja Católica chamado Juventude Estudantil Católica (JEC). Era um obstinado com a idéia de mudar o mundo, para realizar seus objetivos ingressou na política estudantil, sendo presidente do grêmio Moacyr de Góes do Ginásio Municipal de Natal, que se situava ali próximo ao Viaduto do Baldo, ginásio esse foi criado por Djalma

Maranhão e primeira escola secundária de Natal. Numa época que ninguém falava em revolução armada e sim em atitudes políticas, Irapuã já se enquadrava num pensamento de esquerda, e se opondo ao imperialismo americano.

O Comunista

Com golpe de 1964, ficou claro para irapuã que à esquerda seguia um caminho equivocado “o golpe nos mostrou que éramos *imbecis*, pois enquanto estávamos no campo das idéias, os militares eram objetivos”. A partir desse momento ele mergulhou nos estudos filosóficos, nesse mesmo tempo serviu ao exercito, mas precisamente em 1966 e foi quando, apaixonado e envolvido com o movimento comunista, roubou todo o material teórico que o exército tinha, sobre guerrilha. Ele executava a função de arquivista no quartel, o que facilitou a retirada desse material militar, sem que desconfiassem. Esse material só foi apreendido, muito tempo depois em Recife, mas nunca seu nome foi ligado a esse ao *roubo* desse material.

Nessa época Irapuã foi convidado por um amigo a ingressar no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, que era uma dissidência, um braço do Partido Comunista do Brasil PC do B.

As Nuvens do Obscurantismo...

Em 1968 quando era um jovem jornalista, passou a exercer a função de âncora na Rádio Rural, “acho que fui um dos primeiros a exercer esse tipo de função, era um Boris Casoy da época”. Na noite em que foi editado o AI-5, Irapuã estava na rádio, terminando de editar as matérias para o noticiário do dia seguinte, quando um amigo, chamado Rubens

Lemos, lhe telefona, por volta das 10h, e avisa que saiu o AI-5. Imediatamente Irapuan ligou à Rádio Nacional e, nesse exato momento, já estava sendo lido o AI-5. Irapuan após o choque da notícia, voltou a editar o jornal, agora enfocando o novo fato, que mudaria bastante a ordem vigente. Quando Irapuan analisou aquele momento então escreveu: “Quando o povo brasileiro esperava a propalada reabertura democrática prometida pelo general Costa e Silva, eis que se abate sobre a nação as nuvens do obscurantismo”

Quando a gravação foi ao ar, na manhã seguinte, assim que acabou o jornal, a rádio foi invadida pelo exercito, mas os jornais sempre eram gravados na noite anterior a vinculação, aquilo que os militares ouviram não passava de uma fita. Procuravam por Irapuan Rocha e pelo locutor Públio José. Nessa hora Irapuan estava em casa, quando Dermi Azevedo, motorista da rádio o telefonou e disse-lhe que a polícia estava lhe procurando.

A partir desse momento o jovem idealista teve que se clandestinar. Sobre esse momento Irapuan explica:

Muitas vezes quando você tem uma ideologia muito forte, você se aliena, e eu um rapaz classificado como santinho, parti em busca de um ideal e em 1969 eu ingressei no PCBR e na luta armada. A partir do AI-5 mudou tudo, ele nos impôs restrições sufocantes, não havia direito de voz no campo legal, daí se partiu para os meios ilegais, eu mesmo, pratiquei assaltos à mão armada. E eu avalio que o fracasso da nossa revolução armada aconteceu, por que estávamos muito bem preparados, mas apenas no campo intelectual.

E ao relembrar toda essa sua fase clandestina Irapuã destaca um dos fatos mais marcantes de sua vida:

(...)um dos momentos mais marcantes da minha vida aconteceu em Baraúnas que fica em Mossoró eu, como um dos articuladores do movimento, fui até lá para auxiliar os companheiros, e a senha para nos identificarmos era um jornal de cabeça para baixo, quando eu estou passando no ônibus me deparo com uma menina, com o jornal de cabeça para baixo e quando eu vi aquilo, só pensei em uma coisa, isso é uma cilada, e eu olhei para criança coloquei o a mão no gatinho da arma, que eu portava,...eu cheguei a pensar em atirar...com medo que fosse uma armadilha...eu me aproximei da garotinha e

perguntei: minha filha por que você está lendo o jornal de cabeça para baixo? E ela respondeu: foi painho que me ensinou assim e u disse qual é a contra senha e ela respondeu: seus irmãos estão ali, quando eu olhei pro lado tinham oito homens fortemente armados que me conduziram, numa caminhada de quase duas horas para casa de um amigo comunista.

Irapuan despertou, desde Jovem, para a luta da esquerda, intitulado por se próprio comunista alternou momentos de reflexão e momentos de ação, sempre buscando a sonhada liberdade.

CONCLUSÃO

A ditadura militar instalada no Brasil a partir de 1º de abril de 1964, bem que poderia ter sido apenas mais uma mentira de primeiro de abril, mas infelizmente não foi. Os militares protagonizaram um dos períodos mais tristes da História brasileira, a partir daquele momento, o cidadão calou a voz, não se admitia contestações, era um período de pura repressão. Dizendo-se defensores do país, frente à ameaça comunista, os militares engendraram um processo de opressão que durou vinte anos, onde devido a um suposto crescimento econômico formou uma aliança com as elites e oprimiu as massas.

Quatro anos depois de instalados no poder os militares, sentiram-se ameaçados, devido ao clima de contestação que se vivia não só no Brasil, mas em todo mundo. Os principais protagonistas desses movimentos eram os estudantes que passaram a ser alvo preferencial do regime. A edição do AI-5 veio como uma resposta a esses movimentos e revelou o lado mais ríspido do regime, com ele, aumentaram as prisões, fechou-se o congresso, o poder executivo passou a ser preponderante, podendo caçar os direitos políticos de qualquer um que julgasse inimigo do regime. O novo Ato colocou em cena a censura, na sua condição mais radical, redações foram invadidas, os jornalistas pressionados por seus editores, no que chamamos de censura prévia, os artistas que pouco podiam protestar, nesse momento, ficaram totalmente amordaçados, sendo muitos exilados. Assim a cultura foi mais uma vítima das muitas do AI-5.

No Rio Grande do Norte, os personagens que vivenciaram esse período, Mery Medeiros, Floriano Bezerra, Ubirajara Macedo e Irapuan Rocha, relatam com pesar, os acontecimentos do período da ditadura. Todos vítimas diretas do regime, presos e torturados e jogados à clandestinidade. A partir de seus depoimentos nota-se que as marcas desse período permanecem,

em uns, mais vivas do que em outros, mas em todos bastante claras. Capaz de dar uma nítida percepção de que nesse período aqui no Estado, o medo preponderou e frustrou reações.

Seus relatos mostram que, no período do AI-5 aqui no estado, poucas foram as vozes que se levantaram para protestar, eles mesmo estavam coagidos como a maior parte dos líderes sindicais e intelectuais contrários ao regime. Nesse momento percebemos que eram nos estudantes que estavam os principais meios de protestos. Esses movimentos que sempre eram sufocados foram tomando fôlego a cada derrota e por tanto perseverar alavancaram a reação do restante da sociedade.

Podemos concluir por fim que o AI-5 trouxe o recrudescimento do regime e ao mesmo tempo foi um primeiro passo pra a liberdade, por que sufocou tanto as massas, os intelectuais, a cultura e a classe estudantil que promoveu um grande movimento de reação o qual levou ao processo de abertura política. Dessa forma percebe-se que o AI-5 foi o começo do fim.



BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado Autoritário e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968/1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência**. 1.ed. São Paulo: EDUSC, 1999.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Um relato para a História**. In; Brasil: nunca mais. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: 1.ed. Petrópolis Vozes, 1981.

FRAGA, Maria da Conceição. **Memória Articulada e Memória Publicizada: experiências com parlamentares brasileiros**. Fortaleza: UFC, 2001.

FREIRE, Benedito Silvano. **Os Jornalistas do Rio Grande do Norte e a Censura Política no Período de 1964-1978**, UFRN, 2003.

GÓES, Moacyr de. **2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio**. Natal: Artprint .1999.

HALBAWCHS. M.A **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF. J. **Historia e Memória**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996

JORNAL DO BRASIL , p.1. 1968.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: EDUSP, 1991.

O DIÁRIO DE NATAL, p.4. 1988.

O DIÁRIO DE NATAL, p.6. de 1998.

O ESTADO DE SÃO PAULO, p.1-2 1983.

O ESTADO DE SÃO PAULO, p.1. de 1988.

PEREIRA, Henrique Alonso A. R. **O Homem da Esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960-1966)**. Recife, 1996. 156 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?** 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1984)**. 4.ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WELFORT, Francisco. **Estado e Massas no Brasil**. Revista Civilização Brasileira. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

ANEXOS

CARTA DE CESSÃO

EU, Meny Medeiros da Silva

RG. 69797, declaro para os devidos fins que cedo os direitos da

entrevista, por mim dada a estudante Karla Christina Pinheiro da Câmara no dia / /.

Da mesma forma autorizo sua audição e o uso das citações a terceiro, que está sob aguarda de Karla Christina Pinheiro da Câmara. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Meny Medeiros da Silva
MENY MEDEIROS DA
SILVA

CARTA DE CESSÃO

EU, Floriano Bezerra de Araújo

RG. 72 256, declaro para os devidos fins que cedo os direitos da entrevista, por mim dada a estudante Karla Christina Pinheiro da Câmara no dia / /.

Da mesma forma autorizo sua audição e o uso das citações a terceiro, que está sob guarda de Karla Christina Pinheiro da Câmara. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Floriano Bezerra de Araújo

CARTA DE CESSÃO

EU, Priscilla Regina de Lucena

RG. _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos da

entrevista, por mim dada a estudante Karla Christina Pinheiro da Câmara no dia / / .

Da mesma forma autorizo sua audição e o uso das citações a terceiro, que está sob guarda de Karla Christina Pinheiro da Câmara. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Priscilla Regina de Lucena

CARTA DE CESSÃO

EU, Irapuan Fernandes Rocha

RG. 12320567, declaro para os devidos fins que cedo os direitos da entrevista, por mim dada a estudante Karla Christina Pinheiro da Câmara no dia / / .

Da mesma forma autorizo sua audição e o uso das citações a terceiro, que está sob aguarda de Karla Christina Pinheiro da Câmara. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Irapuan F. Rocha

O dia em que a sexta-feira 13 confirmou a sua má fama

Márcio Moreira Alves

ex-deputado

■ Na véspera, Márcio Moreira Alves fora o grande personagem do cenário político nacional. No dia 13 de dezembro de 1968, ele já acordou na clandestinidade, no conforto de uma fantástica fazenda de café, em Campinas, que tinha pertencido ao conselheiro Antônio Prado. Comeu jabuticaba, tomou banho de piscina. No final da manhã, minha vida começou a piorar. O Deputado Francisco Amaral foi me buscar e levou-me para sua casa modesta, típica de advogado do interior. À noite, entre rodadas de cerveja quente, vimos a leitura do AI-5 na televisão. Foi aí que minha noite piorou de vez e dormi num quarto e sala de um dentista principiante. Resumindo: saí da nobreza cafeeira para cair na dureza. O Brasil, nesse dia, fez a mesma trajetória: saiu da esperança da democracia e caiu numa ditadura lascada.

Para hoje, os planos de Márcio Moreira Alves incluem um fim de noite bem confortável: "Vou jantar na casa de minha prima Lucinha, astróloga. Espero que ela me conte o que os astros nos reservam para o futuro".

Ferreira Gullar

jornalista e escritor

■ Na noite de 13 de dezembro de 1968, Ferreira Gullar estava em casa com os amigos João das Neves e Pichin Piá, esperando a chegada da Vianinha. Juntos, iam ao cinema. Por volta das 21h, bateram à porta e Teresa, sua mulher, foi atender. Do lado de fora, dois homens à paisana perguntaram quem era Ferreira Gullar. Ele se identificou e ouviu de um deles a ordem de prisão. "Teresa quis saber se eles traziam a ordem por escrito e a resposta foi a apresentação de uma carteira do Exército. Alegamos que uma prisão desse tipo era ilegal e eles nos disseram que todos os direitos estavam suspensos. E nos mandaram olhar a televisão que estava ligada." Naquele momento, entrava no ar o pronunciamento do Ministro da Justiça, Gama e Silva, lendo os termos do AI-5. Ferreira Gullar foi obrigado a acompanhar os dois militares que se juntaram a um terceiro, na rua. Embarcou num carro que partiu em direção à Avenida Vieira Souto: iam pegar Millôr Fernandes. "Mas não conseguiram. A portaria do prédio estava fechada e não conseguiram entrar. De lá fomos para a casa de Paulo Francis, que morava na Rua Bulhões de Carvalho. Começamos a rodar pelas vizinhanças, porque eles não conseguiram pegar a mão de direção da rua. Pediram minha ajuda, mas disse que nem sabia onde ficava a rua. Chegaram, depois de muitas voltas, à casa de Francis, mas ele não estava. Desistiram, levando-me para a Vila Militar. Esse foi meu dia 13 de dezembro, há 17 anos. Acabei o dia no xadrez."

Na repetição da data, Gullar espera não ser preso de novo: "Não há nada no horizonte nesse sentido".

Millôr Fernandes

humorista

■ Uma grande festa no Bar Veloso — rebatizado de Garota de Ipanema — animava o lançamento de um álbum de textos e desenhos assinados por muitos autores, entre eles Millôr Fernandes, Ziral-

Arquivo 12/12/68



Márcio Moreira Alves



Fernando Lyra

Hugo Gouthier

ex-embaixador

■ "Fui preso na Avenida Atlântica. A Casa Portugal me tinha oferecido asilo mas não quis, não me sentia com culpas. Mas me prenderam. Só porque era amigo de Juscelino Kubitschek. Quem me soltou foi D. Maria do Carmo Nabuco, no dia 26 de dezembro."

Hugo Gouthier não espera novidades hoje: "Estou imunizado, com os tributos pagos".

Mário Lago

ator

■ "Acabara de estrear, no Teatro Princesa Isabel, a peça Inspetor, Venha Correndo. Na sexta-feira — 13 de dezembro de 1968 — minha mulher viu o anúncio do AI-5 na televisão e disse que achava melhor eu não ir trabalhar. Fui, nada aconteceu. No dia seguinte, ela fez a mesma recomendação. Mas lá fui eu e o teatro estava lotado. Só que não pude entrar em cena, fui parar no Caetano de Faria."

Mário Lago não é supersticioso, não tem medo da sexta-feira 13: "O que pode acontecer? Nada. Não estou esperando o AI-6."

João Moraes

professor

■ O professor João Moraes, pai da guerrilheira Sônia Angel, assassinada em 1973, não se recorda mais onde estava quando tomou conhecimento do AI-5 e diz que, provavelmente, não percebeu na hora a "monstruosidade que se cometia contra as liberdades, a democracia e os direitos humanos". "Foi a partir do AI-5 que centenas de desaparecimentos e assassinatos políticos foram perpetrados pelas Forças Armadas, em dependências do Exército, da Marinha e da Aeronáutica."

No dia de hoje, João Moraes tem um único desejo: "a divulgação ampla e permanente para toda a sociedade brasileira de toda a história das barbaridades, falcaturas e assassinatos que foram cometidos. Para que o povo alertado e unido reaja e não permita que tenhamos os AI-6, AI-7, AI-8."

Wellington Moreira Franco

político

■ O que mais marcou o jovem Wellington Moreira Franco no dia 13 de dezembro de 1968 foi a surpresa com a violência do AI-5. "Naquela noite, encontrei na rua o meu concunhado Israel Belochi e conversamos sobre o assunto. Depois desse encontro, só o vi um ano mais tarde, quando ele foi solto. Essa é a minha lembrança mais forte daquele dia."

O que espera, hoje, é que a data jamais se repita. "Esse é o grande desafio da nossa geração. Estou lendo que querem incluir na Lei de Segurança a ilegitimidade dos golpes de Estado. Acho melhor que isso não seja assinado hoje. Pode dar azar."

Fernando Lyra

Ministro da Justiça

■ O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, era deputado estadual e estava em sua casa, em Pernambuco, no dia 13 de dezembro de 1968. Ele ouviu a notícia pelo rádio e o que sentiu "foi a sensação da brutalidade". Lyra não foi atingido pelo AI-5. Mas nove dos 14 deputados da sua bancada foram cassados.

Luciano Brandão

Ministro do Tribunal de Contas

■ O Ministro Luciano Brandão, do Tribunal de Contas da União, era o diretor-geral da Câmara no dia da promulgação do AI-5. O anúncio chegou ao plenário pouco depois das 17h. "Os deputados estavam reunidos no gabinete do presidente da Câmara, José Bonifácio de Andrada. Todos ouviram, pelo rádio, a promulgação do ato, lida por Gama e Silva. A reação foi de absoluta perplexidade."

do, Claudius, Leon Ellachar, Henfil, Sérgio Porto e Fortuna. A notícia da assinatura do AI-5 não interrompeu a noite de autógrafos. Terminada a badalação, um grupo de amigos juntou-se num bar de calçada, na Rua Visconde de Pirajá. "Todos sabiam o que vinha pela frente e começamos a gozar uns aos outros, tentando descobrir quem seria preso no dia seguinte. O mais votado foi o Claudius, que já fora preso antes, por causa da revista Pif Paf. No sábado, no entanto, quem entrou em cana foi o Ziraldo."

Para hoje, Millor não tem maiores expectativas: "Não sou supersticioso. O ruim da vida é que ela se acaba."

Flávio Rangel

diretor teatral

■ "Estava em São Paulo, dirigindo a peça Tudo No Jardim, com Maria Della Costa. No final da tarde liguei para o Rio e soube, por minha mulher, que o pessoal do Exército estava me procurando, já tinha passado lá por casa por volta das 17h. Pensei um pouco e cheguei à conclusão de que não dava para optar pela clandestinidade. Se tomasse essa decisão, a peça não estrearia e resolvi continuar com meu dia normal de trabalho: fui ao teatro e participei dos ensaios, mas a verdade é que estava apavorado. Todos nós estávamos apavorados naquela noite, tínhamos a certeza de que a ditadura se instalara com toda sua força. Tinha certeza de que minha prisão dependia de dias e, por prudência, não voltei ao Rio. Acabei entrando em cana perto do Carnaval."

■ Hoje, Flávio Rangel sabe que terá um dia mais ameno, com menos preocupações: "Espero paz, tranquilidade e chuvas no Paraná".

Villas-Bôas Correa

jornalista

■ Repórter político do O Estado de São Paulo, Villas-Bôas Corrêa tinha em sua agenda, logo de manhã, um encontro marcado com o Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão. "Senti que ele estava muito constrangido por que sabia que seria forçado a assinar um ato de força. Mas não sabia que o coice seria tão forte." Villas-Bôas Corrêa lembra-se de que foi um pouco irreverente com Beltrão, instigando-o a não assinar o ato. "Apelei para a chantagem, recordando a figura libertária de seu pai, Heitor Beltrão. Não fui bem-sucedido, saí dali acabrunhado." O segundo encontro era com o Ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, a quem Villas-Bôas Corrêa prestava assessoria. Numa reunião em seu gabinete, no Itamarati, Magalhães Pinto comunicou que havia conversado com muitos amigos e todos lhe haviam aconselhado a assinar o ato, o que seria uma forma de salvar a democracia. "Disse-lhe, com veemência, que se ele começara a carreira política com a assinatura do manifesto dos mineiros, não deveria incluir em sua biografia a assinatura do AI-5. No final da reunião estavam todos cabisbaixos, como se tivessem sido pilhados no momento em que decidiam uma canalhice. Até hoje tenho a sensação de que se os dois ministros tivessem dado ouvidos a um jornalista arrebatado, teríamos feito o Odilon Braga do AI-5. Ele deixou o Governo para não ser obrigado a assinar a Carta de 37."

Dezessete anos depois, Villas-Bôas espera que a data de hoje sirva como lembrança de uma lição lamentável. Só lastima que a memória seja sempre tão curta.



Mário Lago



Villas-Bôas Corrêa



Ferreira Gullar

Gama e Silva. A reação foi de absoluta perplexidade, de silêncio. Os deputados de oposição queriam realizar uma sessão mas o protesto acabou não acontecendo. Todos foram para suas casas e só retornariam 10 meses mais tarde."

José Silveira

Jornalista

■ Quinta-feira, 12 de dezembro de 1968, foi um dia normal de trabalho no velho prédio da Av. Rio Branco, 110. Apenas com mais emoção, em dias de bastante emoção. O Congresso não dera autorização para processar e cassar o mandato de um parlamentar que, obscuro, ganhou notoriedade meses depois de um discurso que desagradou às poderosas Forças Armadas. Na sexta-feira, 13, confirma-se a informação que o JORNAL DO BRASIL dera o Governo baixa o Ato Institucional nº 5. Resguardada a emoção, corria normal o trabalho da edição daquele dia. Até que, cerca das 21h, adentram na redação quatro ou cinco oficiais à paisana. Eram alunos da Escola de Comando e Estado-Maior. Foi um susto. A última vez que a imprensa no Rio sofrera a censura explícita tinha sido em 1961, quando o intelectual Ascendino Leite, nomeado pelo Governador Carlos Lacerda e pelo Coronel Gustavo Borges, se prestou à ingrata tarefa (o Governador Carlos Lacerda o premiou com um cartório onde até hoje desfruta os benefícios das sinecuras). Os oficiais do serviço ativo das Forças Armadas, sem conhecimento da operação interna de um jornal, limitaram-se a ler os textos e a cortar o que lhes parecia contrário à ditadura que acabara de se consolidar. Para apressar a edição e deixar claro que os textos estavam censurados, o comando da redação decidiu substituir o proibido por anúncios classificados. E assim se fez. Sábado, 14, alertados pelos chefes, certamente, os censores retornaram à redação com grande reforço. Lembro-me de um oficial de cara e nome japoneses, fuzileiro naval, que tinha o curso de leitura dinâmica. Esse lia tudo e cortava quase tudo. Criei um problema: o Caderno B, de domingo, que fechava na véspera e rodava na manhã de sábado, apresentava entre as sugestões de Natal uma bolsa de mulher, em forma de cofre, que dava uma vaga idéia da lanterna que a Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda apresentava em seu logotipo. E o japonês engulçou com a bolsa. Achara que era uma insinuação a favor de Lacerda, aquela altura contrário ao golpe. O censor viu o Jornal já rodado. Acabou sendo convencido a aceitar a tal bolsa. Não teve problemas com seus superiores; a edição de domingo, com a bolsa em forma de lanterna-cofre, não saiu à rua. A Condessa Pereira Carneiro decidira que com um diretor preso (o Embaixador Sette Câmara fora preso de madrugada) o Jornal não rodava. Para desespero do departamento comercial, que batera o recorde de páginas em toda a existência do Jornal."

O programa Sexta-Feira — TV Bandeirantes, 23h30min — vai ao ar hoje com uma edição toda dedicada aos 17 anos da assinatura do AI-5. Belisa Ribeiro entrevista o Ministro Renato Archer e apresenta depoimentos de Márcio Moreira Alves, Gonzaguinha, Vladimir Palmeira, Yolanda Costa e Silva e Hélio Fernandes. Vão ser mostradas, também, cenas da Passeata dos 100 Mil, na última sessão da Câmara e, na voz de Gontijo Teodoro, o Repórter Esso do dia, a notícia da assinatura do AI-5.

CENSURADA

O ESTADO DE S. PAULO

ESTADO DE S. PAULO - 1964 - ANO 111 - Nº 111 - 11 de Novembro de 1964 - Preço: R\$ 1,00

Governo não considera Arena derrotada

Israel mantém prontidão



Israel mantém prontidão para enfrentar qualquer situação que possa surgir no Oriente Médio. O país está preparado para lidar com as consequências de qualquer desenvolvimento na região.

O governo não considera a Arena derrotada. Apesar das dificuldades, o partido mantém sua estrutura e suas alianças. A liderança continua firme na defesa de suas posições políticas.

Em meio às especulações sobre o futuro do partido, os líderes da Arena afirmam que não há qualquer intenção de desistência. Eles estão preparados para enfrentar os desafios que se apresentam.

Para o futuro, o partido busca fortalecer suas bases e ampliar sua influência. A estratégia é clara: manter a unidade e a coesão interna para enfrentar qualquer adversidade.

Ulisses aponta a opção: democracia ou repressão

Ulisses Guimarães, líder da Arena, aponta a opção entre a democracia e a repressão. Ele defende que a única saída para o Brasil é através de um processo democrático e transparente.

Ele critica a postura autoritária do governo atual e defende a participação popular nas decisões políticas. A Arena se apresenta como a força que luta por uma verdadeira democracia.

Ulisses afirma que a repressão não resolve os problemas do país. Pelo contrário, ela apenas aprofunda o abismo social e político. A solução está na mão do povo brasileiro.

O dólar

O dólar continua a flutuar no mercado internacional. As expectativas para o futuro são cautelosas, dada a instabilidade econômica global.

Governo controla grupo Pignatari

O governo afirma que está controlando o grupo Pignatari. Há preocupações sobre o impacto econômico das atividades desse grupo no país.

Armas esaltam a Bandeira

Armas e bandeiras são exibidas em manifestações populares. Os participantes expressam seu apoio às instituições democráticas e à liberdade.

Novo EIA, candidatura e refém

Novo EIA, candidatura e refém são temas em discussão. A situação política atual gera diversas especulações e debates.

Protegido, Ford chega no Japão

Protegido, Ford chega no Japão. O líder da Arena encontra apoio em seu país de origem, onde é visto como um defensor da liberdade.

Arenistas buscam causa do malogro

Arenistas buscam causa do malogro. Há análises sobre os fatores que levaram ao atual estado de crise do partido e do país.

Montoro já pensa no prefeito de SP

Montoro já pensa no prefeito de SP. Há rumores sobre possíveis candidaturas e alianças para as eleições municipais em São Paulo.

Karamanlis obtém maioria

Karamanlis obtém maioria. O líder grego alcança o apoio necessário para assumir o cargo de primeiro-ministro.



Arena mantém maioria para eleger o presidente

Arena mantém maioria para eleger o presidente. Apesar das dificuldades, o partido mantém sua força eleitoral e sua capacidade de mobilizar o eleitorado.

Os líderes da Arena afirmam que estão preparados para enfrentar qualquer cenário eleitoral. A estratégia é manter a unidade e a coesão.

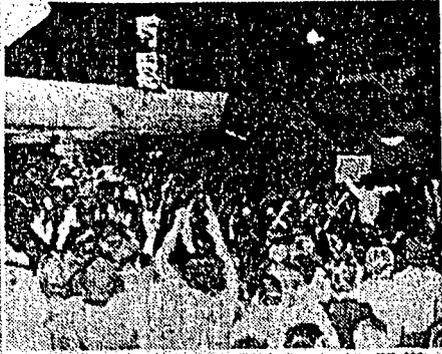
A Arena continua a trabalhar para fortalecer sua base eleitoral. O foco está em alcançar o maior número possível de votos em todo o país.

62 páginas

1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Marcas da censura. O censor instalado na redação do Jornal O Estado de S. Paulo assinala circundando o quadro, com que não deve ser publicado. O jornal já está pronto e diagramado. Agora é preciso resolver como substituir o espaço deixado pelo corte...

Governo não considera Arena derrotada



Em Manassés, entre os 25 mil pracinhas, há uma para comemorar a vitória do candidato.

Vertical text on the left side of the page, partially obscured by the main headline and image.

Text columns on the right side of the page, providing details and commentary on the main headline.

Os Lusitadas

Arenistas buscam causa do malogro

Text columns on the left side of the 'Os Lusitadas' section.

Text columns on the right side of the 'Os Lusitadas' section.

O dólar passa a Cr\$ 7.325

Text columns on the left side of the 'O dólar' section.

Armas exaltam a Bandeira

Text columns on the right side of the 'Armas' section.

Prolegido, Forl chega ao Japão

Text columns on the left side of the 'Prolegido' section.

Montoro já pensa no prefeito de SP

Text columns on the right side of the 'Montoro' section.



Small caption text below the photograph of the two men.

Arena mantém maioria para eleger o presidente

Text columns on the right side of the 'Arena' section.

Vertical text on the far left side of the page, including various small notices and advertisements.

Vertical text on the far right side of the page, including various small notices and advertisements.

O jornal emprega sua estratégia e o artigo falando sobre a opção, segundo Ulisses Guimarães, entre democracia ou repressão, é substituído por parte do Canto Terceiro de Os Lusitadas de Camões.

A primeira sexta-feira 13 de dezembro depois do AI-5

B

caderno

A edição do "day after" brasileiro

FOI provavelmente a edição mais surrealista de um grande jornal brasileiro, a que o JORNAL DO BRASIL mandou às bancas no sábado 14 de dezembro de 1968, o *day after* do país tropical. Foi toda feita de metáforas e ironias, a única linguagem — excluída a da capitulação — possível no momento. O non-sens começava nos dois quadros que então ladeavam o logotipo no alto da primeira página. O da esquerda fornecia a situação meteorológica: "Tempo: negro; temperatura: sufocante; o ar está irrespirável; o país está sendo varrido por fortes ventos." O da direita informava, com inusitada propriedade: "Ontem foi o Dia dos Cegos."

A principal chamada conseguia noticiar dezenas de prisões, em mensagem curada: "Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve-se calmo e não houve corrida aos bancos, apesar das apreensões de alguns cidadãos que decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de A Voz do Brasil — e deixaram de chegar ontem às suas casas". No mais, os comunicados oficiais, uma inesperada restrição dos anúncios classificados aos espaços nobres e fotos de arquivo, com legendas com esta: "Garrucha foi expulso quando o Brasil venceu o Chile na Copa de 62".

No lugar dos editoriais, mais fotos de antigos acontecimentos esportivos, sobre as legendas "Anton Geesink, para ser campeão mundial, estudou judô desde pequeno" e "O cavaleiro Nelson Pessoa logra êxito invulgar ao saltar com brilho os obstáculos que se lhe antepõem". E prossegue o festival de imagens que substituiu o noticiário do jogo truncado. Sob o título O Marechal, aparece um conhecido prócer esportivo: "Paulo Machado de Carvalho colocou a seleção em regime de ditadura".



O Grande Ídolo mostrava "Pelé, o festejado craque do Santos". Repose dos Guerreiros, exibia "os balopodistas do Brasil", que "ficaram muito felizes com o conforto das instalações e estão descansando bastante". Hábito inusitado garantia que "os jogadores da seleção alemã acostumaram-se a treinar correndo sempre atrás de uma bola". Pose para a Posteridade documentava que "o colorad Pelé e o alvo Jefretz se despem, após renhida porfia, diante de operadores de câmeras fotográficas".

Era o que se podia informar, além das declarações dos poderosos do dia. Numa destas, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, tripudiava: "Esta sexta-feira foi 13 para muita gente".

O que não se pôde dizer é publicado agora pela primeira vez, nestes trechos dos dois editoriais — A Aparição e O Desapare-

cimento — da primeira sexta-feira 13 de dezembro depois daquela — 13 de dezembro de 1968, Dia dos Cegos e do AI-5 ou dos cegos do AI-5 — em que apagaram a luz. O apagão, que teve como pretexto a negativa da Câmara a um pedido de licença para processar um deputado, autor de um discurso de três minutos considerado, pelos chefes militares, injurioso às Forças Armadas, durou 10 anos: até a revogação do AI-5, em 13 de outubro de 1978. Foi o mais longo período de trevas sofrido pelo país neste século. Os direitos individuais e as liberdades democráticas foram suprimidos. A imprensa, censurada, teve de noticiar através de artifícios até mesmo os fatos ligados à decretação da nova ordem. Centenas de opositores — ou nem isso — do regime foram presos logo na primeira hora. Dezesete anos depois, quando o calendário repõe a sexta-feira 13 em dezembro, alguns deles rememoram o dia do AI-5 e dizem o que esperam do dia de hoje. Seus depoimentos estão na página 2.

do — do JORNAL DO BRASIL, proibidos pela censura naquela edição histórica:

"Uma nação inteiramente aturdida recebeu ontem à noite a comunicação de que deixaram de vigor todos os direitos individuais, substituídos pelo império do arbítrio. De agora em diante, subverte-se um princípio jurídico universal, que é a presunção de que todos são inocentes até prova em contrário. Desde ontem, no relanço das trevas, a presunção é outra: somos todos previamente culpados e nos cabe como castigo provar inocência, porque entrou em vigor, antes mesmo da publicação, um novo Ato Institucional, com margem ilimitada de arbítrio político. O instrumento discricionário é uma contundente agressão às franquias democráticas e aos direitos individuais que a própria Constituição autoritária, feita na medida das necessidades de defesa e preservação da idéia revolucionária de 64, havia consagrado (...)."

"Entrou em recesso o Congresso, suspendeu-se a vigência da Constituição, os direitos individuais e as liberdades democráticas são varridos da superfície, como lixo. (...) A noite tenebrosa desceu sobre o Brasil. A vitalidade e a inamovibilidade dos juizes foram expurgadas, a autonomia dos Estados da Federação desapareceu, o instituto do habeas corpus, nosso vínculo com a civilização jurídica, acabou de um golpe. (...) O povo, com procuração da História, cobrará responsabilidades, tão logo o direito se restaure e a lei se sobreponha ao arbítrio que já traz ao nascer os germes da morte."

"O povo assiste a tudo bestificado. (...) O pretexto foi um discurso de três minutos pronunciado no pinga-fogo da Câmara dos Deputados. Serviu para que se deitasse fogo ao país. E não o fogo de algum incêndio destinado a depurar alguma coisa: um fogo de fósforo aplicado a um montão de palha cuidadosamente posta a secar, ao sol da confiança popular. (...) "

"Essa é uma estranha revolução do Governo contra si mesmo, uma espécie de autoflagelação que não interessa a ninguém. (...) O Governo atual age dentro da sua própria loucura, incommunicativo, austero e apagado. (...) Faltava esse espetáculo do suicídio branco, da renúncia em que ninguém abandona o poder, da deposição em que não se apela ninguém. Fechado em si mesmo, talvez o Governo se esteja sentindo mais forte. Do ponto de vista do povo, da nação, é um Governo que, por magia de sua própria invenção, desapareceu."

MOVIMENTO

SEM CENSURA!

de Mundo

História dos três anos da censura em Movimento - 3ª parte

Nossa opinião:
PUNIÇÃO PARA OS TORTURADORES

Portugal:
AS CAPITANIAS DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Brasil:
PAÍS DO LATIFÚNDIO, DA SUPER-INFLAÇÃO E DOS MILIONÁRIOS

A derrota na Copa
PLÍNIO MARCOS

Metalúrgicos S. Paulo:
A LUTA CONTRA O GRANDE PELEGO

Educação sexual:
O MINISTRO NÃO QUER, MAS O POVO GOSTA

O debate China x Albânia
NOVO CISMA NO MUNDO COMUNISTA?

REFORMAS JUNINAS

(Geisel diz que vai acabar com a ditadura)



Esta edição, de número 156, de 26 de junho de 1978, a terceira livre da censura para Movimento, encerra a história dos três anos vividos sob censura prévia.

